

Smart city : comment EDF développe la ville responsable, bas carbone et connectée ?

| Le Point.fr



Responsable, bas carbone et connectée... Telles sont les trois dimensions que doit posséder la smart city*, selon EDF. Le groupe entend répondre aux besoins des collectivités dans leurs projets de villes intelligentes. Ne relevant plus d'un concept futuriste, la smart city «se construit dès maintenant et ensemble », estime EDF.

Qu'est-ce qu'une smart city ?

Si les projets de « ville intelligente » empruntent parfois des chemins différents, l'objectif à long terme reste toujours le même. « Il s'agit tout simplement d'améliorer la qualité de vie des citoyens, principalement en exploitant les innovations technologiques issues du numérique », résume Henri Lafontaine, directeur exécutif du groupe EDF, en charge du pôle clients, des services et de l'action régionale.

Comment y parvenir ?

Pour l'énergéticien français, la Smart City doit être « responsable », « bas carbone » et « connectée ». Responsable, « car, en optimisant l'usage des ressources, en améliorant le bien-être des habitants, leur sentiment de sécurité et en privilégiant la solidarité, on offre une meilleure qualité de vie à tous les habitants », estime Henri Lafontaine.

Bas carbone, « car c'est en remplaçant les énergies fossiles par des énergies décarbonées que l'on répondra aux enjeux climatiques et à la nécessité de rendre les villes plus durables ». Enfin, la ville intelligente se doit d'être connectée afin de « s'ouvrir au monde et aux nouvelles technologies qui facilitent le quotidien ». Répondre aux attentes des collectivités autour de la smart city

Cette vision de la smart city correspond aux attentes des collectivités territoriales. « Ce que les collectivités attendent de la smart city, c'est d'optimiser la gestion de leur territoire afin de favoriser leur développement économique, mais aussi de gérer au mieux leurs ressources et de renforcer la relation aux citoyens », confie Henri Lafontaine.

L'expertise du groupe EDF couvre l'ensemble des problématiques soulevées par ces trois dimensions de la smart city. Pour rendre la ville plus « responsable », l'énergéticien met notamment à disposition une équipe de 300 « conseillers solidarité » qui accompagne les foyers en difficulté pour réduire leur facture énergétique.

Pour construire la ville « bas carbone », le groupe EDF propose des solutions d'optimisation de la consommation électrique ainsi qu'un accompagnement des territoires et entreprises autour des enjeux de performance énergétique.

Enfin, pour connecter la ville, le groupe EDF propose la plateforme digitale de gestion de l'espace urbain « MUSE », développée par Citegestion, filiale de Citelum. Cette solution permet de gérer tous les échanges digitaux entre les différentes plateformes métier d'un territoire (vidéosurveillance, éclairage public, régulation routière, etc.).

Pour développer ces solutions, le groupe EDF s'est entouré de partenaires, dont plusieurs centaines de start-up. « Travailler en écosystème accélère l'innovation. C'est ainsi que le concept futuriste de smart city devient une réalité. La ville intelligente se construit dès maintenant et ensemble », conclut Henri Lafontaine.

Novo ministro impôs demissão de Rorisco Duarte de Chefe do Estado-Maior do Exército



Rorisco Duarte, Chefe de Estado-Maior do Exército, apresentou a demissão ao ministro da Defesa. Foi o novo ministro, João Gomes Cravinho, que "empurrou" o militar para a saída, apurou o Observador.

Por JOÃO PORFÍRIO / OBSERVADOR

Rorisco Duarte, Chefe de Estado Maior do Exército, entregou um pedido de demissão ao ministro da Defesa esta quarta-feira de manhã. Fontes que acompanharam o processo garantiram ao Observador que o pedido de demissão surgiu depois de uma espécie de ultimato do novo ministro, João Gomes Cravinho. Ou seja, se Rorisco Duarte não se demitisse, teria provavelmente sido demitido, na sequência do escândalo do assalto a Tancos.

Numa mensagem enviada ao fim da tarde aos militares do ramo, Rorisco Duarte justifica a sua saída com o momento político, dando sinais de que as motivações são menos pessoais do que à partida se sugeria. "A todos vós, e unicamente a vós, devo uma explicação: as circunstâncias políticas assim o exigiram", escreve o general sobre a sua saída, numa nota a que o Observador teve acesso.



Ver na página 7 a chamada de apoio aos Comandos de Portugal do Corpo de Instrução do Curso 127 que foram constituídos arguidos. A vossa ajuda é necessária e bastante apreciada. Colaborem.

Visitez



Le Portugal

Branco é....

...Está o Inferno cheio, garantia do ditado. E creio, que tem mesmo razão. Senão, vejamos:

Quando o PM António Costa, sempre animado de boas-intenções, (*como é hábito nele...*) afirmava que a PGR Joana Marques Vidal, não podia ser reconduzida no posto para um segundo mandato, teria já o esquema bem delineado para poder corresponder aos desejos dos seus amigos Sócrates e Armando Vara, ao mesmo tempo que, seguindo o estratagema planeado, faria cair no ardoil o PR, porque o mesmo vem facilitar a vida e a amizade do bom amigo da família, Ricardo Espírito Santo. Quer dizer, de uma *“cajadada mata-se dois coelhos...”* que, neste caso, representa o alívio e possivelmente, a ilibação *“por falta de provas concluentes”*— como habitualmente decide o juiz Ivo Rosa, designado pelo sorteio para juiz instrutor— dos arguidos da Operação Marquês.

O juiz Carlos Alexandre pronunciou-se contra o sistema de “sorteio” executado para *....ó coincidência que fazes bem as coisas...* determinar qual juiz irá proceder ao estudo do processo e depois decidir do envio ou não dos arguidos a Tribunal. Na verdade, já o afirmei antes, foi um sorteio muito incestuoso. E Carlos Alexandre tem que se explicar ao Supremo e corre risco de ser punido, para alegria dos faltosos. Está-se a ver o resultado. Pouco importam as responsabilidades dos roubos escandalosos à Nação e as despesas faraónicas que o processo já ocasionou ao longo de todos estes anos de tabalho. Pouco importam também, os roubos de que foram vítimas tantos dos nossos concidadãos, que perderam centenas de milhares de euros, fruto de trabalho insano, juntando economias destinadas a reformas merecidas, que as burlas dos banqueiros arruinaram em seus próprios benefícios. Sem descaramento. Não se trata de nenhum seguidor do Zé do Telhado ou novo Robin dos Bosques mas sim, de descarados ladrões de luvas brancas, que se escondem por detrás de falsas representações de negócios, mal sucedidos.

Sem dúvida. Para o País e para esses compatriotas, talvez ingénuos, que ao depositarem as suas economias, acreditaram interagir com gente honesta! Terão agora aprendido a mudar de instituições financeiras? Será essa a razão pela qual a União Europeia se tem empenhado tanto na venda dos bancos portugueses à Espanha? A pretender formar a *União Ibérica*? Já Passos Coelho — de triste memória — queria vivamente vender a CGD, o único florão que nos resta na banca nacional.

Neste momento, temos areia e Sol a oferecer. Nada mais. Venderam e hipotecaram o país, grangeando assim somas fabulosas que dirigentes e amigos destes se apropriaram.

Os portugueses assistem aos roubos e à debandada das instituições nacionais para mãos estrangeiras continuando como pobres de espírito, influenciados pelos mexericos de redes sociais, a assistirem a jogos de futebol em qualquer parte do mundo, apesar da crise, eterna, que se procura esconder por ser bem mais corrosiva e decadente que se deixa entender. Deixando também, fazer a sangria das jovens inteligências, que aprendendo nas nossas universidades, vão frutificar capacidades noutros países, por serem ostracizadas na própria Pátria. Talvez seja essa a intenção. De afastar as cabeças que poderão dizer bem alto: Basta!

Estamos então vivendo uma sociedade que vai desaparecendo. Se evaporando. Um pouco cada dia. É avassalador constatar que estamos a criar pequenos seres autoritários, presos a títulos e vaidades ôcas, com uma total ausência de valores ou invertendo estes, fazendo-os negligenciar o importante, o que é histórico, o que é tradição e verdadeiro, querendo mudar tudo, modificando por modificar. Dir-se-ia quererem recriar o *Iluminismo* sem terem filósofos como os que iniciaram este movimento no séc.XVIII. A lembrar a “boutade” de Justin Trudeau *“Porque estamos em 2015”*... Estamos em 2018 e vemos os resultados! Nunca houve tanta discriminação e ataques à maioria branca nem tanta acusação e intenção em quererem desenterrar excessos passados, que eclodiram nas suas épocas, como nós podemos enumerar os que na nossa aconteceram. Quantos crimes são imputados à gente branca? E alguém considerou a barbárie dos negros como o sucedido no Congo ex-Belga e em Angola, nos últimos 50 anos? Porque os negros são mais racistas que os brancos. Toda a gente sabe. Apupam-se os militares, que, arriscando, sempre avançam para o inimigo, para o desconhecido. Ora a vida é curta, fica a família e os raros amigos. Mas não confundamos. O que é branco assim nasceu. E não será por estarmos em 2018 que os ovos serão negros...porque, Branco é, ...

Raul Mesquita

CANADÁ

No Canadá, há alunos a aprender a plantar cannabis

O Niagara College, em Ontário, abriu recentemente um curso de formação em produção comercial de cannabis. Com a legalização do consumo de cannabis para fins recreativos no Canadá, o mercado precisa de profissionais especializados. O negócio pode gerar receitas entre os 750 milhões a mil milhões de euros anuais.

REUTERS/CARLOS OSORIO

Têm aulas dentro de contentores transformados em laboratórios e aprendem que cuidar de uma planta cannabis não é assim tão diferente de cuidar de crisântemos ou de tomate. Para os 24 alunos do curso de *“Produção Comercial de Cannabis”* do Niagara College, em Ontário, há um mercado de trabalho em crescimento que já está à espera deles. *“Os produtores licenciados já estão a fazer fila para empregar os nossos alunos”*, avançou à Reuters o coordenador do curso, Bill MacDonald. A partir de 17 de Outubro, o Canadá torna-se o segundo país a permitir o consumo de cannabis para fins recreativos (depois do Uruguai), com legislação que terá maior impacto económico do que social. Estima-se que o negócio possa gerar entre 750 milhões a mil milhões de euros anuais, de acordo com as contas do Governo federal citadas pela agência France Presse. Os empresários estão otimistas quanto ao negócio que se abrirá com a nova lei.



Antes da comercialização, há que pensar na produção. Nos contentores do Niagara College, protegidos no exterior por vedações, os alunos, vestidos com batas brancas, aprendem a irrigar, alimentar, proteger e monitorizar as plantas de cannabis - que, de resto, servem apenas para fins educativos, já que serão destruídas no final do curso. *“Também aprendem a vertente do negócio”*, explicou Bill MacDonald à Reuters. *“Se um dia quiserem investir numa plantação, quanto é que isso lhes vai custar? De quantos trabalhadores vão precisar?”*

Em Junho, o senado canadiano aprovou, por 52 votos a favor e 29 contra, a suspensão da proibição do uso recreativo de cannabis que vigorava desde 1923. Na altura, o primeiro-ministro canadiano, Justin Trudeau, publicou no Twitter: *“É muito fácil para os nossos filhos obter marijuana e para os criminosos colherem os lucros. Hoje, mudámos isso”*. A expectativa é a de que a legalização do consumo ajude a reduzir o crime associado ao tráfico.

Em Portugal, o Parlamento aprovou a 15 de Junho a utilização de cannabis para fins medicinais, apenas quando as terapêuticas convencionais tenham efeitos adversos ou indesejados. O Canadá tem vindo a fazer, desde 1972, um longo trajecto em direcção à descriminalização da posse de cannabis. Em 2000, o Supremo Tribunal já tinha permitido o consumo para fins medicinais. Agora, o Governo federal vai permitir legislação específica para que cada governo provincial possa definir a idade mínima para a sua compra (sempre a partir dos 18 anos, podendo ir aos 19 anos, que é a idade mínima para o consumo de álcool), bem como se a cannabis pode ser comprado em lojas privadas, ou apenas em estabelecimentos geridos pelo Estado. Os residentes no Canadá poderão comprar cannabis pela Internet e através de portais administrados pelas autoridades de cada Província.

Tremblement de terre de Lisbonne de 1755

le 1er novembre

Le tremblement de terre de Lisbonne de 1755, également appelé le grand tremblement de terre de Lisbonne, s'est produit au Royaume du Portugal dans la matinée du samedi 1er novembre, jour saint de la Toussaint, aux alentours de 9h40, heure locale. Combiné à des incendies ultérieurs et à un tsunami, le séisme a presque totalement détruit Lisbonne et ses zones adjacentes. Les sismologues estiment aujourd'hui que le séisme de Lisbonne avait une magnitude comprise entre 8,5 et 9,0 à l'échelle du moment, avec son épicentre dans l'océan Atlantique, environ 200 km (120 mi) ouest-sud-ouest du cap Saint-Vincent. Selon les estimations, rien qu'à Lisbonne, le nombre de victimes serait compris entre 10 000 et 100 000, ce qui en ferait l'un des tremblements de terre les plus meurtriers de l'histoire.

Le séisme a accentué les tensions politiques au Royaume du Portugal et profondément perturbé les ambitions coloniales du pays. Cet événement a été largement débattu et abordé par les philosophes européens des Lumières et a inspiré les développements majeurs de la théodicée. En tant que premier séisme étudié scientifiquement pour ses effets sur une vaste zone, il a entraîné la naissance de la sismologie et de l'ingénierie sismique modernes.

Le tremblement de terre a frappé le matin du 1er novembre 1755, jour saint de la Toussaint. Les rapports contemporains indiquent que le séisme a duré entre trois minutes et demie et six minutes, provoquant l'ouverture de fissures de 5 mètres de large dans le centre-ville. Les survivants se sont précipités vers les espaces libres des quais pour assurer leur sécurité et ont vu l'eau se retirer, révélant un fond marin jonché de cargaisons perdues et d'épaves. Environ 40 minutes après le tremblement de terre, un tsunami a englouti la zone portuaire et le centre-ville, se précipitant le Tage rivière «*Si vite que plusieurs personnes à cheval ... ont été forcées de galoper le plus rapidement possible vers les hauteurs, de peur d'être emportées.*» Il a été suivi de deux autres vagues. Des bougies avaient été allumées dans toute la ville, dans les maisons comme dans les églises, pour la Toussaint, puis avaient été renversées de manière dangereuse dans le tumulte du tremblement de terre. Lorsque les eaux du tsunami se sont retirées, la ville a commencé à brûler de manière si dramatique qu'une véritable tempête de feu a brûlé pendant des heures dans la ville, asphyxiant les habitants jusqu'à une centaine de mètres de l'incendie.



Lisbonne n'était pas la seule ville portugaise touchée par la catastrophe. Dans tout le sud du pays, notamment en Algarve, les destructions ont été généralisées. Le tsunami a détruit certaines forteresses côtières de l'Algarve et, dans les niveaux

inférieurs, il a rasé plusieurs maisons. Presque toutes les villes et villages côtiers de l'Algarve ont été gravement endommagés, à l'exception de Faro, protégée par les rives sablonneuses de Ria Formosa. À Lagos, les vagues ont atteint le sommet des murs de la ville. D'autres villes de différentes régions portugaises, telles que Peniche, Cascais et même Covilhã, située près de la chaîne de montagnes Serra da Estrela au centre du Portugal, ont été touchées. Les ondes de choc du séisme ont détruit une partie des murs du château de Covilhã et de ses grandes tours. Sur l'île de Madère, Funchal et de nombreuses petites colonies subirent des dommages importants. Presque tous les ports de l'archipel des Açores ont été dévastés par le tsunami. La mer a pénétré à environ 150 m à l'intérieur des terres. En Espagne, les tsunamis ont balayé la côte atlantique andalouse, détruisant presque la ville de Cadix, faisant au moins un tiers de sa population.

Chocs du tremblement de terre ont été ressentis dans toute l'Europe [aussi loin que la Finlande et l'Afrique du Nord], et selon certaines sources, même au Groenland, et les Caraïbes. Des tsunamis de 20 mètres de haut ont balayé les côtes de l'Afrique du Nord et ont frappé la Martinique et la Barbade à travers l'Atlantique. Un tsunami de trois mètres (dix pieds) a frappé Cornwall sur la côte sud de l'Angleterre. Galway, sur la côte ouest de l'Irlande, a également été touchée, entraînant la destruction partielle de la section « Spanish Arch » du mur de la ville. À Kinsal, plusieurs navires tournaient dans le port et de l'eau coulait sur le marché.

En 2015, il a été révélé que les vagues du tsunami pourraient avoir atteint les côtes du Brésil, alors une colonie du Portugal. Une telle hypothèse a été soulevée en examinant les lettres envoyées par les autorités brésiliennes au moment du séisme. Ces lettres décrivent les dégâts et les destructions causés par des vagues gigantesques.

Bien que les sismologues et les géologues aient toujours convenu que l'épicentre se trouvait dans l'Atlantique, à l'ouest de la péninsule ibérique, son emplacement exact a fait l'objet de nombreux débats. Les premières hypothèses avaient proposé la crête de Gorringe jusqu'à ce que les simulations montrent qu'une source plus proche de la côte du Portugal était nécessaire pour respecter les effets observés du tsunami. Un levé sismique par réflexion sur le fond océanique le long de la faille Transform de Açores

– Gibraltar a révélé une structure de poussée longue de 50km au sud-ouest du cap Saint-Vincent, avec une projection en immersion supérieure à 1 km. Cette structure peut avoir créé l'événement tectonique primaire.

Wikipedia



Sombras nocturnas

Exposição de fotografia

Por Manuel do Nascimento / Paris

Manuel do Nascimento nasce em Portugal e está radicado em França desde 1970, onde vai conciliar durante muitos anos a sua carreira no ramo da fotografia, (onde a tinha iniciado em Lisboa) com a escrita.

Através dos seus livros editados em terras gaulesas, Manuel do Nascimento procura sempre relatar os fatos mais importantes e destacar as grandes figuras de uma pequena Nação portuguesa que deu 'Novos mundos ao Mundo'. É deste modo que o autor continua a promover a História de Portugal em país alheio.

Um livro vai para além de um objecto. O livro é um encontro entre duas pessoas através da escrita. Encontro, que Manuel do Nascimento procura sempre, trabalhando cada um com a dedicação de uma obra única e derradeira, seguindo a máxima pessoana "põe quanto és no mínimo que fazes"(1) para que cada um seja um desafio para o leitor. O seu desafio é merecer que cada um dos seus livros faça parte da sua vida.

(1)Ricardo Reis, in "Odes" Heterónimo de Fernando Pessoa (sê todo em cada coisa)

SOMBRAS NOTURNAS (12 fotografias inéditas)

As sombras noturnas são um lugar onde elas serpenteiam a escuridão. Podem ser um espaço de contos. O que escondem as sombras noturnas ? Por vezes podem ser assustadoras e mesmo sorradeiras. As sombras noturnas é um espaço onde a lua pode e por vezes não pode iluminar.

Se os olhos fossem dotados de lâmpadas, não poderíamos ver as sombras que elas projetam e a sombra estaria sempre escondida pelo objeto que faz sombra. (Roberto Casati, a descoberta da sombra, Brasil 2001).

01-Janeiro:

Noite de luar (mesmo a mais escura noite, cede sempre espaço para o luar)

02-Fevereiro: Iluminação pública (um serviço essencial!!!)

03-Março: Noite calma (No fim do dia)

04-Abril: Um cheiro a Primavera (Cheiro mesmo de Primavera)

05-Maio: Sombras (Quem é!!)

06-Junho: O vento zumba (Os dados do tempo)

07-Julho: Os olhos precisam de lâmpadas (Ligue a luz)

08-Agosto: Lua cheia (Ideal para conclusões de projetos e descanso)

09-Setembro: A ramada noturna (Vista noturna)

10-Outubro: Mistério (Enigma)

11-Novembro: Desnuda (Quase sem folhas)

12-Dezembro: Noite de verão (Com uma noite de verão, vou dormindo uma noite de inverno)



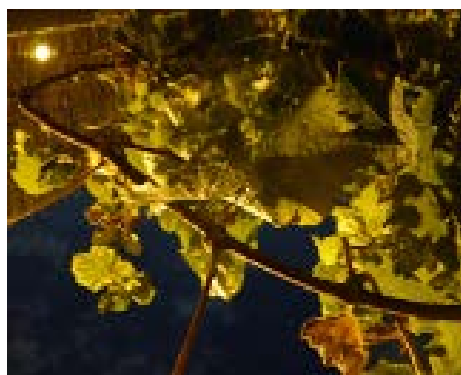
01-Janeiro



05-Maio



08-Agosto



09-Setembro



10-Outubro



02-Fevereiro



07-Julho

Cartaz-Convite

Exposição de Fotografia



SOMBRAS NOTURNAS

(Autoria: Manuel do Nascimento)

Uma de Exposições da Cafeteria da Biblioteca da FLU

19.09.2018 a 28.09.2018

Rosa dos Ventos



Rose des Vents

Les vins du Portugal

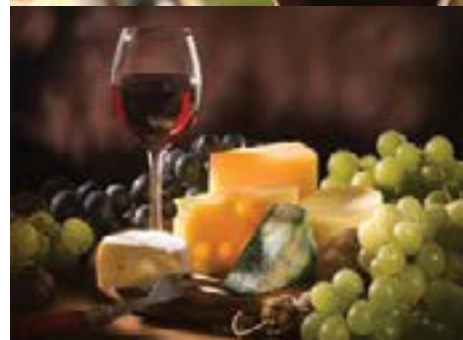
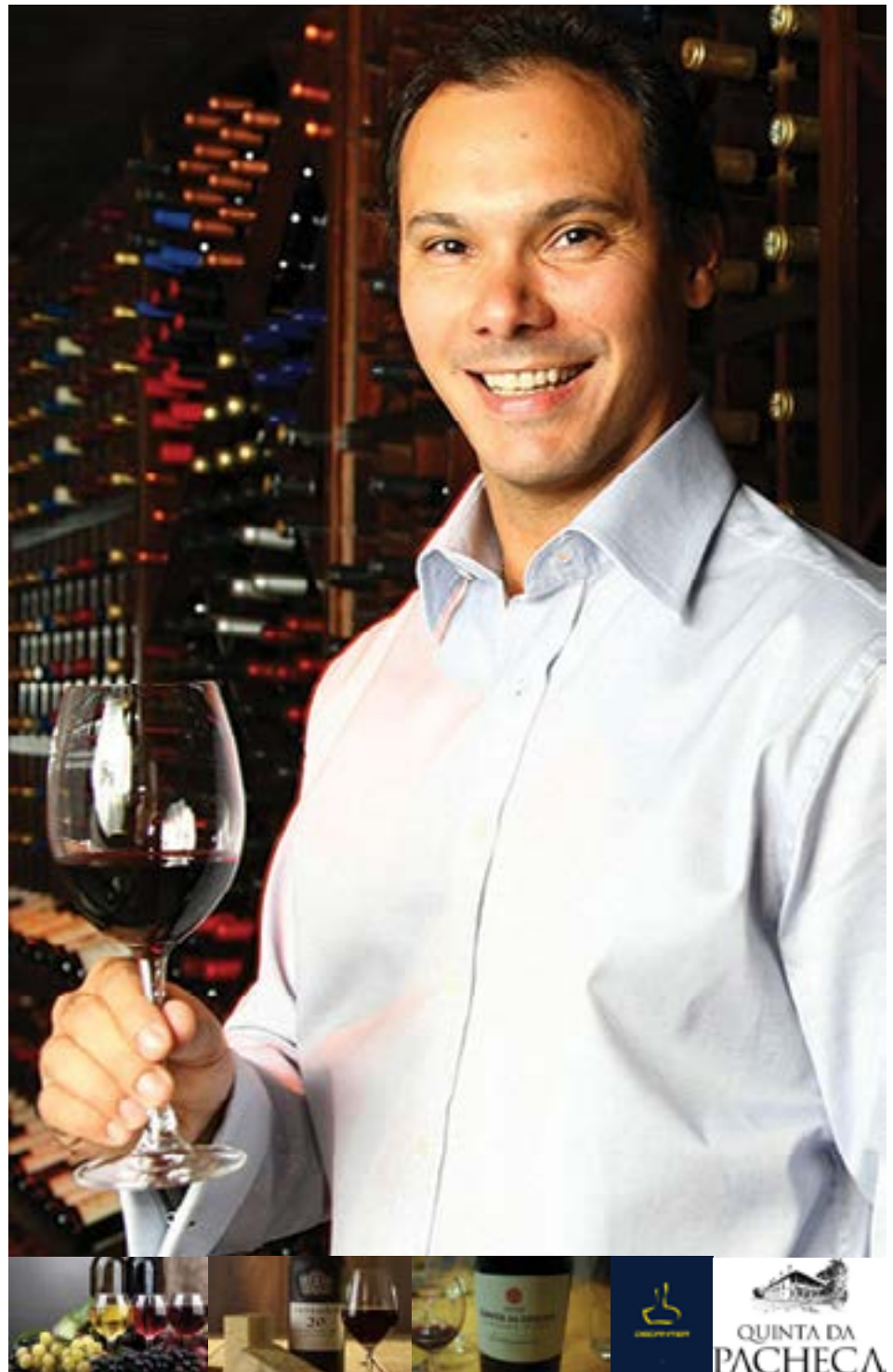
La transformation d'un vignoble

Le Portugal a connu une modernisation sans pareil depuis son intégration dans l'Union Européenne en 1986. Ces changements se reflètent tout particulièrement dans l'industrie portugaise du vin, où le perfectionnement est devenu la norme. Parmi les innovations : des cuves de fermentation en acier inoxydable et de nouveaux fûts de chêne de petite contenance.

Le temps où la plupart des vins avaient des étiquettes anonymes est révolu. Désormais, la région de production est indiquée sur chaque bouteille, la mise en bouteille à la propriété connaît un succès croissant et partout les vignerons sélectionnent uniquement les meilleures variétés de raisins.

Pendant des siècles, le Portugal a été réputé pour certaines régions et certains vins. La région du vin de Porto a été délimitée et est devenue célèbre au milieu du XVIII^e siècle. Par ailleurs, le vin de Madère était le vin préféré de l'Amérique coloniale. Certaines autres régions ont reçu des appellations officielles au début de ce siècle, comme Dão, Bucelas et Moscatel de Setúbal.

Ensuite, le Portugal s'est longuement assoupi. Heureusement, un réveil en sursaut dans les années 80 a permis de rénover ses régions viticoles. En 1985, il existait 10 régions vitivinicoles délimitées, actuellement elles sont au nombre de 55.



5

Comment sont classés les vins Denominação de Origem Controlada (DOC)

C'est la catégorie la plus élevée, réservée aux 19 meilleures régions viticoles. Les plus célèbres sont celles de Porto (1761), Douro (1982), Dao (1908), Madère (1908), Moscatel de Setúbal (1907), Vinho Verde (1908-29) et Bairrada (1979). Les plus récentes sont celles de Portalegre, Borba, Reguengos, Redondo et Vidigueira (1994) dans la province de l'Alentejo au sud du Portugal.

Indicação de Proveniência Regulamentada (IPR)

Vingt-huit régions - créées de 1988 à nos jours - ont droit à cette appellation prestigieuse.

Parmi les plus importantes, citons Alenquer, Lafões, Cartaxo, Almeirim, Palmelas, Arrábida et Torres Vedras. Les plus récentes sont celles de Biscoitos, Pico et Graciosa, aux Açores, toutes délimitées en 1994.

Dúvidas e modulações

Em recente debate público, foi criticada a ideia por mim expressa (talvez de forma demasiado simplificada) de que, em circunstâncias extremas, seria aceitável a prisão perpétua, mas nunca a pena de morte.

Esta última distingue-se do direito de defesa que, em última instância, leva à morte do agressor por se tratar de uma decisão judicial (implicando determinados procedimentos cautelares e de defesa dos acusados) que tem por fim a reparação de um crime grave. Ora, simplificando mas atendo-nos ao essencial, esta exerce-se por quatro modos:

- 1) por um efeito de castigo sobre a pessoa do criminoso;
- 2) como medida de segurança para a comunidade, face ao risco de aquele poder continuar a agir do mesmo modo;
- 3) como sinal e exemplo (pelo temor) para toda sociedade;
- 4) e, se ainda for possível, para que a vítima possa ser ressarcida do prejuízo sofrido.

Os propósitos de “ressocialização e reintegração” do criminoso no seio da sociedade foram já acrescentos que só as modernas teorias da justiça vieram trazer, no âmbito dos paradigmas filosóficos iluministas ocidentais do séc. XVIII.

A instituição prisional, embora humanizada em certos países, mantém no entanto as suas características principais de “brutalização” e “escola do crime” há muito conhecidas, pelas condições colectivas em que os detidos ali vivem. Neste sentido, num mundo dominado pelo valor do dinheiro e dos bens materiais, a função de castigo deveria na nossa opinião ser primordialmente exercida neste mesmo plano (com penas pecuniárias), ou no equivalente funcional do “trabalho a favor da comunidade”. Resta a questão da “segurança para a sociedade” (já que os outros dois tópicos nos parecem menores): não será de admitir desde já que (embora sempre susceptível de revisão do processo ou clemência), para certos criminosos, tal critério justificaria a pena de prisão perpétua? Como condenar de outra maneira indivíduos como Hitler, Pol Pot ou os responsáveis dos “campos de morte” e do sacrifício de milhões de pessoas a que assistimos no último século? Ou será preferível o hipócrita “critério técnico” da acumulação de penas que faz com que, frequentemente, ouçamos pronunciar condenações a mais de uma centena de anos de prisão porque o tribunal contou separadamente cada um dos actos delituosos cometidos, dentro de um mesmo crime judicialmente tipificado?

Porém, questões deste tipo são coisas sérias que antigamente se discutiam entre especialistas e pessoas com alguma formação, fosse ela cívica, religiosa ou filosófica. Por boas razões, hoje tudo se discute publicamente, mas num plano em que, como na democracia política, todas as opiniões se equivalem e, como nas consultas referendárias, tudo parece reduzir-se a um sim ou um não, ou a um clic digital numa tecla que alguém concebeu e nos pôs ao alcance da mão. Tomemos um pretexto. Alexandra Lucas Coelho é uma experiente jornalista, cronista e comentadora que “anda pelo mundo”, sobretudo alguns dos mundos que estão vivendo sobre o fio da navalha, entre miséria, violência e rebelião. Tem a vantagem de observar directamente, de inter-agir pessoalmente com muitas pessoas em diferentes contextos, mas talvez sempre algo marginais ou sujeitos a caução. Mulher culta e bibliograficamente conhecedora, escreve muitíssimo bem, em estilo actual. Pelo que se pode tirar dos seus escritos, é também uma militante radical da contra-cultura, do feminismo, das causas fracturantes. Tudo isto faz sentido e se inscreve no personal-politics do mundo de hoje.

Respeito as motivações e admiro o espírito combativo, mas o que me “chagrina” a memória nestas novas Causas – do rap e da negritude, do **me too**, dos “direitos”, da responsabilidade histórica da escravatura, da Inquisição-mais-os-abusos-sexuais-dos-padres-católicos, da liberdade religiosa, et cetera – não são os temas, em si mesmos: compreensíveis, graves e justos no seu cerne. É a sua simplificação maniqueísta, a maneira como são, hoje, tratados de modo viral por milhares e milhões de pessoas através das “redes sociais”, mas também na maneira como cada uma delas fala e pensa: por adesões e rejeições minimalistas, como “like”, “hate”, “nice”, “forget” e outros flashes. Sabendo-se que, por trás, se movem poderosas máquinas de propaganda e de dinheiro (nas empresas de media e da economia digital, na piratagem informática e em projectos talvez tenebrosos de intoxicação e domínio político), o que seria necessário e urgente era tentar compreender e agir para ir às raízes dos problemas e entrever algum tipo de solução, não para reagir a eles epidermicamente e de forma mimética (ou em “progressão geométrica” de palavrões expressivos).

Por exemplo: na música ligeira ou popular contemporânea, há peças excelentes e transculturais em que muitos em todo o mundo se podem rever; e, por outro lado, há estilos particulares onde o ritmo e as encenações dominam absolutamente uma música que apenas pode ser referência identitária para certas comunidades. Porque há-de o politicamente-correcto considerar apenas ou privilegiadamente estas últimas? As diferenças étnicas são uma riqueza para a humanidade mas, no meio de tantas contrariedades e contratemplos, houve um caminho civilizacional que a humanidade foi trilhando e que deve ser

valorizado, em favor e benefício dessa “*pátria humana*”. Neste campo, o mais excelso e elaborado das obras artísticas produzidas não deveria ser banalizado e equiparado ao mais rudimentar – que é o que, no máximo (em plena expansão do “*relativismo cultural*”), se faz agora.

Os abusos sexuais de que desde sempre foram vítimas as mulheres (como acontece às fêmeas em grande número de espécies animais bi-sexuadas) só podem merecer condenação, depois de alguns milénios de dominação masculina, em termos individuais e sociais. São por isso bem-vindos comportamentos de emancipação por parte das mulheres e denúncias de todas violações e atropelos a que estas podem estar sujeitas, pela sua condição natural. Mas existem agora expressões dessa rejeição que exploram meios pouco interessantes ou até perigosos. Um deles é a exibição pública de uma descida sem pudor até à descrição das intimidades nas relações de prazer entre pessoas concretas para apoiar denúncias de violência ou constrangimento em tais práticas, sabendo-se como aí são ténues as fronteiras entre a animalidade e o respeito. O caso da prostituição (=mercantilização do sexo), por exemplo, é daqueles que não se revolve facilmente, nem com medidas legislativas, nem campanhas de “*ordem moral*”, nem com uma polícia-de-costumes, nem (até agora) com uma qualquer revolução social. Uma outra tendência insidiosa é o sistemático recurso à justiça cível e à difusão mediática quando podem estar em causa proventos económicos significativos ou projecções públicas em grande escala de uma imagem pessoal: parece-nos que o alerta já é suficientemente divulgado, as crianças podem ficar afectadas, a sinceridade das atingidas arrisca-se a ser questionada e talvez o reaccionarismo machista realimentado.

O discurso dos “*direitos*” (genericamente “*humanos*”, ou mais especializadamente civis, políticos, económicos, sociais e culturais) ganhou novo impulso depois da segunda guerra mundial. Foi um avanço importante que impactou em especial sobretudo os regimes políticos ditatoriais (de direita e de esquerda), fazendo reduzir o uso da pena de morte, as execuções extra-judiciais, as torturas e os tratamentos prisionais cruéis, desumanos ou degradantes. Mas, além de certos estados retinentes nestas práticas, tais procedimentos são ainda frequentes em muitos países e regiões, “*fora da lei*” mas por ordem ou com a conviência dos poderes instituídos. O banditismo também agigantou os seus meios de acção, exercendo poderes discricionários em certas zonas ou meios sociais. Ora, numa situação como esta em que a protecção dos direitos básicos dos cidadãos é ainda uma “*batalha em curso*”, saltar alegremente para outro tipo de direitos que são particularmente do agrado de certas minorias (sobretudo quando são bem providas economicamente) pode ser uma fuga-para-diante de um vanguardismo que, no limite, se “*está nas tintas*” para o comum dos mortais e para o que possa ser o interesse geral. Isto aplica-se para sectores do trabalho razoavelmente bem protegidos nos seus rendimentos e condições laborais, para regiões e países mais afortunados do que a média, para elites culturais que crêem ser o erário público um mecenas sem limitações orçamentais, e tuti quanti.

A escravatura foi um fenómeno e uma época triste da história humana; mas que, ao fim de uma sua industrialização intensiva pelos ocidentais durante dois ou três séculos, foi interdita por esses mesmos ocidentais, graças ao empenho de um determinado movimento social humanitarista e à clarividência de alguns políticos. Há que homenagear e lastimar todas as suas vítimas. Mas basta de explorar intencionalmente os crimes do passado histórico para fins políticos actuais, agudizar as relações inter-étnicas ou inter-religiosas e dificultar uma integração social tolerante mas com valores de referência!

As grandes religiões monoteístas trataram sempre com especial incómodo e acuidade (muitas vezes pela negação) a questão da sexualidade nos comportamentos humanos, sujeita (como quase tudo o resto) ao crivo moral do lícito e do ilícito. Revela-se agora que, na Igreja de Roma, muitos terão sido os casos de abuso sexual por parte de ministros deste credo sobre crianças, mulheres e outros frágeis ou indefesos. É um caso grave que, no mundo de hoje, abala a credibilidade do clero católico e levará talvez ao fim do celibato. Esta é uma regra disciplinar que, se terá feito algum sentido numa certa época, será cada vez mais difícil de justificar actualmente. Em todo o caso, se tarda nesta religião uma nova grande reforma, não devemos deixar de acreditar que, por cada infractor cínico ou sem-vergonha, outros tantos (ou muitos mais) existirão que se terão devotado honestamente ao seu mester, não abjurando os seus votos e servindo o melhor que souberam os seus “*iguais em Cristo*”.

Mas o reconhecimento da pluralidade de religiões que as nossas socio-culturas foram gerando – em si mesmo, um passo de gigante face aos “imperialismos” com que algumas delas se manifestaram durante séculos – não significa que todas devam ser tratadas pelo Estado moderno exactamente da mesma maneira. Uma lei da liberdade religiosa pode conceder determinadas facilidades (para evitar a palavra privilégios) a algumas delas, em reconhecimento da importância numérica dos seus crentes, do seu entrosamento com a cultura local maioritária ou da convergência dos seus ensinamentos com a educação cívica procurada. Não vale tratar este tema como um “*igualitarismo de caserna*”!

Enfim, questões que merecem continuar a ser debatidas.



CONTA SOLIDÁRIA DE APOIO AOS COMANDOS DO CORPO DE
INSTRUÇÃO DO CURSO 127
QUE FORAM CONSTITUÍDOS ARGUIDOS

NIB:0033-0000-45536014942-05

Desde os infaustos acidentes ocorridos durante a instrução do 127º Curso de Comandos que a pretexto do então ocorrido - que todos lamentamos profundamente e sobre os quais já publicamente nos manifestámos - os Comandos têm vindo a ser alvo da mais sórdida campanha para denegrir a sua imagem e competência, pretendendo-se assim atingir a sua coesão e os Valores em que acreditam, servem e defendem.

E com eles, como objectivo último, a Instituição Militar em que se integram.

19 Comandos foram entretanto constituídos arguidos num processo que em breve iniciará a fase de julgamento.

É do conhecimento de todos que a situação destes militares tem sido votada a um total alheamento e indiferença pela Instituição em que se integram, que nunca lhes manifestou qualquer solidariedade institucional nem preocupação pelos constantes atentados à sua dignidade, idoneidade e bom nome, não lhes permitindo, inclusive, participar em missões internacionais, não os promovendo e nem sequer lhes dando apoio judiciário.

Em consequência, estes militares vêm-se na necessidade de arcar com custas judiciais e honorários dos seus representantes de defesa, não tendo, face aos vencimentos que auferem, condições sócio-económicas compatíveis com tais encargos, sendo necessário o recorrente recurso a colectas de camaradas e à representação por defensores que advogam a título gracioso, situação que, a curto prazo, se tornará, por certo, insustentável.

É de elementar justiça deixar aqui um muito sentido agradecimento aos advogados e sociedades de advogados que de forma pro bono têm vindo a apoiar alguns dos nossos camaradas, assim como às Instituições sócio-profissionais que de forma tão empenhada lhes têm também prestado a sua solidariedade e apoio.

Mas não é suficiente - por isso, a Associação de Comandos abre uma Conta Solidária apelando aos Comandos e aos Homens de Boa Vontade para que nela depositem, sempre que possível, a sua ajuda para se poder acudir aos avultados custos de um processo como este.

Contamos com o apoio de cada um de vós!

A Associação de Comandos agradece-vos.

NIB:0033-0000-45536014942-05

MAMA SUMÉ

O President da Direcção Nacional
José Lobo do Amaral

Carlos Alexandre alvo de inquérito disciplinar

Carlos Alexandre

Foto: Paulo Jorge Magalhães/Global Imagens

O juiz Carlos Alexandre será alvo de um inquérito disciplinar após ter manifestado dúvidas sobre a transparência do sorteio que colocou Ivo Rosa a cargo da Operação Marquês.



A notícia do inquérito foi avançada pelo jornal “Eco”.

Recorde-se que o juiz Carlos Alexandre disse à RTP que discorda da forma como decorreu o sorteio do juiz de instrução da Operação Marquês, por só terá sido transferida parte dos mais de mil volumes do processo para o juiz Ivo Rosa. A situação prende-se com a fórmula utilizada para o sorteio de juizes, já que não terá sido todo distribuído o processo completo.

8 “Há uma aleatoriedade que pode ser maior ou menor consoante o número de processos de diferença que exista entre mais do que um juiz”, afirmou, levantando uma eventual suspeição sobre a realização do sorteio que, segundo foi afirmado na altura, seria completamente aleatório.

Conselho da Magistratura abre inquérito ao juiz Carlos Alexandre

O juiz diz que há “uma aleatoriedade que pode ser maior ou menor consoante o número de processos de diferença que exista entre mais do que um juiz”. “Dada a gravidade das declarações prestadas”, o Conselho Superior da Magistratura decidiu abrir um inquérito



Carlos Alexandre afirma que “nunca receberia um processo incompleto” e, por isso, coloca em causa a escolha de Ivo Rosa para julgar a Operação Marquês

Foto João Relvas/ Lusa
Por André Campos Ferrão

O juiz Carlos Alexandre diz à RTP que está em desacordo quanto à forma como decorreu o sorteio do juiz que vai conduzir o processo Marquês, porque apenas terá sido feita a transferência de uma parte dos volumes do processo, algo

Conselho Superior abre inquérito para averiguar dúvidas levantadas pelo juiz Carlos Alexandre

Também podem ser apuradas responsabilidades disciplinares ao próprio magistrado, que numa entrevista dada à RTP levantou dúvidas sobre a forma como a Operação Marquês foi parar às mãos do colega Ivo Rosa.

Por MARIANA OLIVEIRA

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) abriu esta quarta-feira um inquérito para averiguar as dúvidas suscitadas pelo juiz Carlos Alexandre, que numa entrevista à RTP levanta suspeitas sobre a forma como a Operação Marquês foi parar às mãos do colega Ivo Rosa. O mesmo inquérito também pode apurar eventuais responsabilidades disciplinares ao próprio Carlos Alexandre.

“Dada a gravidade das declarações prestadas foi determinado, por despacho hoje [quarta-feira] proferido pelo vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura, conselheiro Mário Belo Morgado, a abertura de inquérito, para cabal esclarecimento de todas as questões suscitadas pela entrevista em causa que sejam susceptíveis de relevar no âmbito das competências do CSM”, afirma o conselho em comunicado.

Carlos Alexandre levantou dúvidas sobre a forma como a fase de instrução do processo da Operação Marquês, em que o ex-primeiro-ministro José Sócrates é acusado de corrupção, foi parar às mãos de Ivo Rosa. Os dois são os únicos juizes do Tribunal Central de Instrução Criminal, que acompanha a investigação e a instrução dos processos mais complexos do país.

Num excerto já divulgado da entrevista dada ao programa Linha da Frente, que vai ser exibido esta quarta-feira à noite, Carlos Alexandre diz que existe “uma aleatoriedade que pode ser maior ou menor consoante o número de processos de diferença que exista entre mais do que um juiz”.

que “nunca aconteceu” no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC) “nos últimos 20 anos”, de acordo com a estação televisiva.

Em entrevista à RTP, o magistrado salienta ainda que o sorteio de atribuição do processo não é 100 por cento aleatório: “Há uma aleatoriedade que pode ser maior ou menor consoante o número de processos de diferença que exista entre mais do que um juiz”.

O magistrado Ivo Rosa foi nomeado em 28 de setembro, através de programa informático do TCIC que determina de forma aleatória um de dois juizes para a fase de instrução do processo.

Questionado, Carlos Alexandre diz que a situação se pode “alterar significativamente” em poucos dias, bastando para isso serem atribuídos mais processos a um dos juizes. “A probabilidade é de se inverter a possibilidade”, conclui.

O sorteio que nomeou o magistrado Ivo Rosa decorreu em 28 de setembro, através de programa informático do TCIC que utiliza algoritmos para determinar de forma aleatória um de dois juizes para a fase de instrução de qualquer processo criminal.

A instrução do processo é um procedimento que visa reavaliar todos os indícios e provas contra os arguidos e decidir se há fundamento suficiente para prosseguir com o julgamento. A instrução foi pedida por 13 dos 28 arguidos, entre os quais o antigo primeiro-ministro José Sócrates.

A Operação Marquês tem como principal arguido o antigo chefe de Governo, que está acusado de 31 crimes. O inquérito da Operação Marquês terminou com a acusação a 28 arguidos, dos quais 19 são pessoas.

Além de José Sócrates, Ricardo Salgado e Armando Vara, também pediram a abertura da instrução: Sofia Fava, Henrique Granadeiro e Zeinal Brava (antigos administradores da Portugal Telecom), Joaquim Barroca (administrador do grupo Lena), Hélder Bataglia, Rui Mão de Ferrão, Gonçalo Ferreira e Bárbara Vara. As empresa do grupo Lena - Lena SGPS, LEC SGPS e LEC SA - e a sociedade Vale do Lobo Resort Turístico de Luxo pediram a abertura do procedimento judicial.

O DN contactou o Conselho Superior da Magistratura (CSM), mas ainda não obteve resposta.

Un gouvernement pour François Legault

Les proches de longue date de François Legault ont trouvé une place dans le nouveau conseil des ministres qui comptera 26 membres, dont 13 femmes. La députée de Louis-Hébert, Geneviève Guilbault, devient vice-première ministre.



Jocelyne Richer, La Presse canadienne Photo : La Presse canadienne

QUÉBEC — Le nouveau premier ministre du Québec, François Legault, a tenu parole, jeudi, en formant un premier cabinet à saveur économique, de taille relativement modeste, et composé d'un nombre égal d'hommes et de femmes.

Le conseil des ministres comptera 26 membres, dont 13 femmes.

La députée de Louis-Hébert, Geneviève Guilbault, devient vice-première ministre et ministre de la Sécurité publique.

L'Éducation et l'Enseignement supérieur seront entre les mains de Jean-François Roberge (Chambly), un parlementaire expérimenté, issu du milieu de l'enseignement.

Il sera secondé par l'ex-athlète olympique Isabelle Charest, députée de Brome-Missisquoi, qui devient déléguée à l'Éducation.

M. Legault fait confiance à des recrues n'ayant aucune expérience politique pour chapeauter les portefeuilles stratégiques des Finances et du Développement économique : Éric Girard (Groulx), ancien trésorier de la Banque Nationale, prend les rênes des Finances, tandis que Pierre Fitzgibbon (Terrebonne), homme d'affaires et lui aussi un ancien banquier, aura la responsabilité de stimuler l'économie du Québec.

Le Développement économique régional est confié à la nouvelle députée de Côte-du-Sud, Marie-Ève Proulx.

La saine gestion des finances publiques relèvera désormais de Christian Dubé (La Prairie), ancien vice-président de la Caisse de dépôt et placement, qui a été brièvement député de Lévis de 2012 à 2014. Il présidera le tout-puissant Conseil du trésor.

La baisse des seuils d'immigration et l'intégration des nouveaux arrivants à la majorité francophone constituera une des priorités du gouvernement Legault, une responsabilité délicate confiée à Simon Jolin-Barrette (Borduas), un des députés de la CAQ à s'être le plus démarqué durant le dernier mandat, ayant su gagner la confiance du chef. À 31 ans, il devient un homme-clé du gouvernement, devant de plus piloter les projets de loi du gouvernement et la période de questions, à titre de leader parlementaire.

Le secteur de la santé, qui accapare pratiquement la moitié du budget de l'État, sera entre les mains de Danielle McCann (Sanguinet), une ancienne gestionnaire du réseau ayant une formation de travailleuse sociale. Nouvelle venue en politique elle aussi, elle a dirigé l'Agence de santé et de services sociaux de Montréal.

Dans sa tâche, elle sera appuyée par Marguerite Blais (Prévost), qui devient ministre responsable des Aînés, un poste qu'elle avait déjà occupé dans le gouvernement libéral de Jean Charest, et du neuropédiatre et député de Taillon, Lionel Carmant, un proche de M. Legault et impliqué dans la CAQ depuis la fondation du parti. Il devient ministre délégué à la Santé et s'occupera surtout des troubles d'apprentissage chez les enfants.

Le ministère des Transports se retrouvera entre les mains d'un parlementaire expérimenté, François Bonnardel (Granby).

Chantal Rouleau, une des deux seuls élus de l'île de Montréal, viendra le secondé en devenant ministre déléguée aux Transports et sera responsable de la Métropole.

L'ancienne procureure en chef de la Commission Charbonneau, Sonia Lebel (Champlain), devra coiffer plusieurs chapeaux : ministre de la Justice, ministre responsable des Relations canadiennes, responsable de la Francophonie canadienne et sera de plus responsable de la Condition féminine.

Celle qui a ravi la forteresse libérale de Châteauguay, qui était occupée par Pierre Moreau, Marie Chantal Chassé, pilotera le dossier de l'Environnement et de la lutte aux changements climatiques.

Le dossier de la Famille, qui englobe les services de garde, est confié à un ancien journaliste de l'Outaouais, Mathieu Lacombe (Papineau).

La députée de Montarville, Nathalie Roy, accède à la Culture et aux Communications. Elle sera aussi responsable de la promotion de la langue française.

Les Relations internationales et la Francophonie relèveront de Nadine Girault (Bertrand), qui a œuvré dans différentes institutions financières.

Jean Boulet (Trois-Rivières), frère de l'ex-ministre Julie Boulet, hérite de deux ministères fusionnés en un seul: le Travail, l'Emploi et la Solidarité sociale.

Aux Affaires municipales et à l'Habitation, on trouvera Andrée Laforest (Chicoutimi), une propriétaire de garderie.

Le député de Johnson, André Lamontagne, dirigera le ministère de l'Agriculture. Un ancien conseiller municipal de Québec, Jonatan Julien, devient ministre de l'Énergie et des Ressources naturelles.

L'ex-animatrice de télévision Caroline Proulx (Berthier) dirigera le ministère du Tourisme.

Les Affaires autochtones relèveront de la députée de Mirabel, Sylvie D'Amours. Le député de La Peltrie, Éric Caire, aura le dossier de la Transformation numérique gouvernementale.

Le ministre des Forêts, de la Faune et des Parcs sera Pierre Dufour (Abitibi-Est). L'assermentation des membres du nouveau gouvernement, formé par la Coalition avenir Québec (CAQ), a lieu ce jeudi après-midi au Salon rouge de l'Assemblée nationale, en présence de nombreux parents et amis.

Sans tarder, le cabinet Legault se mettra au travail, au cours d'une première séance du conseil des ministres tenue en fin d'après-midi, tout de suite après l'assermentation.



Fernando Carvalho Rodrigues. “Vêm ter comigo a agradecer terem podido falar para casa”

Pai do primeiro satélite português lembra que há 25 anos, também havia vontade de aumentar a aposta no Espaço. Faltou compromisso público.



Fernando Carvalho Rodrigues

Deu a última aula no IADE há dois anos e entre o epíteto de “pai do primeiro satélite português”, a boa disposição e a fisionomia de Pavarotti, é uma cara conhecida dos portugueses. Na semana em que Portugal ganhou uma nova estratégia espacial, fomos saber de Fernando Carvalho Rodrigues. Vive numa aldeia perto da Guarda, onde está a escrever um livro e cuida dos seus castanheiros e carvalhos.

Como é que o pai do primeiro satélite português vê a nova estratégia do país para o Espaço?

10 Com alegria. Estou contente de ver isto, da mesma forma que vi nascer a primeira missão portuguesa para o Espaço Exterior com gente notável como era o Pinto Peixoto, o Namorado Rosa, isto em 1961/1962. Foram eles que trouxeram para Portugal as primeiras imagens de satélite para o país. Depois, nos anos 70, houve um programa da NATO em que estive envolvido com a Geometral e o Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), que foi o que depois deu origem ao processamento de cartas militares no Instituto Geográfico do Exército.

Comparando com o que se fazia na Europa, estávamos muito atrasados?

Estivemos a certa altura muito perto de ser um país industrial, muito perto. Logo a seguir ao lançamento do primeiro satélite, em 1993, foi feito um curso aí com umas cem pessoas com o intuito de se avançar para uma rede de satélites. Tenho um documento assinado pelo engenheiro Nobre da Costa, então presidente dono da Efacec, que tinha uma dimensão fantástica - aliás o PoSAT era da Efacec - pelo General Mendes Dias, chefe do Estado Maior da Força Aérea e dono das OGMA (Oficinas Gerais de Material Aeronáutico) e o presidente do INETI, fizeram um projecto para uma rede de 26 satélites. Três estariam sempre em cima de Portugal, o que significa que nunca haveria falha de comunicações. Essa rede, que custaria, a preços actuais, 135 milhões de euros, não avançou - e para mim foi aí que se decidiu que Portugal não ia ser um país industrializado.

Qual era a ideia da rede?

Era uma rede nacional de segurança e comunicações.

O protótipo de um SIRESP?

Custava 135 milhões... O SIRESP veio a custar 400 milhões e vê-se o que é que deu. Havia mais de dois terços garantidos de investimento privado mas o terço que vinha do Estado foi chumbado...

Mas do lado privado havia de facto interesse?

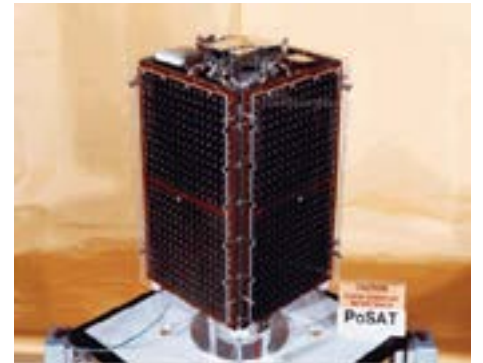
Creio que sim. Das histórias mais engraçadas que tenho foi, na véspera do lançamento do PoSAT, o engenheiro Nobre da Costa olhar para mim e dizer: “Espero que saiba o que anda a fazer porque tenho lá 3 milhões de euros”. Eram 600 mil contos na altura. Não disse aquilo com azedume, mas era uma

Qual foi a base do PoSAT-1?

Eu tinha fundado com o comandante Pires de Matos, o comendador Rocha de Matos e o Veiga Simão uma empresa que era a EID, que ainda existe e faz parte ainda do núcleo de empresas de defesa. O financiador, veja bem os tempos, era a Tabaqueira. Isto em 1982. Fazíamos telecomunicações, as OGMA faziam estruturas. Daí ao satélite foi um passo. O que é um satélite? É um rádio, mais uns computadores, mais umas câmaras de televisão e uma estrutura pronta para ir para o Espaço.

O que fazia o PoSAT?

Observações da Terra e, como passava em todos os lados do planeta, permitia fazer comunicações. Foi o primeiro em muitas coisas mas em 1993, que era o início da internet, permitiu aos soldados portugueses em diferentes missões enviarem emails para casa. Noutra dia, ia da Guarda para Lisboa de comboio e houve um senhor que se levantou para me vir agradecer: tinha estado na Bósnia e pôde comunicar com a família através do PoSAT.



Dos seus filhos profissionais, o satélite foi o mais importante?

Do ponto de vista do meu nome no mundo, sim. Mas onde sou mais conhecido é na modulação de conflitos na teoria da comunicação onde há um parâmetro com o nome: “Carvalho Rodrigues Entropy”. É um conceito que aparece nos livros de guerra artificial, por exemplo. Mas repare, fiz muita coisa, sensivelmente de dez em dez anos mudei de área.

Porquê?

Repare, a partir de determinada altura, para melhorar 1%, é preciso aumentar o esforço 95%.

Então foi uma questão de conforto?

Nem é isso. Às tantas é repetirmo-nos... durante 20 anos andarmos a dizer a mesma coisa porque inovar não é uma coisa assim tão natural. A certa altura uma pessoa acaba por defender-se do que é complicado e além disso é muito bom a pessoa mudar, variar. Claro que há pessoas que não têm a sorte que eu tive que é aparecerem-lhe as instituições no caminho, a vida hoje não é fácil. Houve uma altura em que as pessoas estavam à espera que nós aparecêssemos.

Hoje teria havido condições para lançar o PoSAT como fizeram então?

Haver um conjunto de empresas que pusessem aquele volume de dinheiro - 1,2 milhões de contos, 6 milhões de euros - e além disso se disponibilizassem para formar pessoas para avançarmos com uma rede, não creio. A Coreia do Sul que decidiu industrializar-se e hoje tem uma série de satélites, lançou o primeiro no mesmo dia que nós. Seguiram-se anos de desinvestimento por isso é uma enorme alegria ver que as pessoas estão de novo com ânimo. Seja esta estratégia ou outra, o importante é haver uma estratégia de que vamos fazer coisas para o Espaço. Há muita coisa para aprender e para reaprender, porque a geração que tinha aprendido já cá não está. Há coisas que não se recuperam. Suponha que tínhamos lançado o projecto da rede dos 26 satélites...



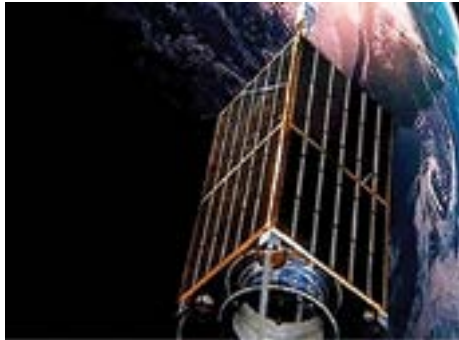
As comunicações hoje estariam garan-tidas em Portugal sempre, em todo o lado. Não fomos por aí: tivemos a desindustrialização e outra coisa que foi muito relevante que foi em 2006 o fim dos laboratórios do Estado. Veja-se a vergonha que hoje passamos em pastas como Almaraz, por exem-plo. Havia um serviço do Estado que trabalha na protecção contra radiações, fazia medições em tempo real. Hoje nas faculdades ninguém está interessado nisso, não se pode exigir isso a uma faculdade porque não tem nada de inovador, é a antítese da carreira académica. Mas, enquanto serviço de um laboratório do Estado, era fundamental.

Como vê a hipótese de ser criado um porto espacial para lançamento de satélites nos Açores?

Na altura em que foi lançado o PoSAT, os franceses estiveram interessadíssimos em fazer isso. É uma localização fantástica.

Foram os americanos na base de Lajes que travaram esse interesse?

Não sei o que houve entre Estados Unidos e França. Só sei que, além de França, chegou a ser manifestado interesse russo. Hoje o maior lançador de satélites do mundo é a Boeing: fizeram o acordo que os russos queriam fazer. Em 1994 houve uma grande exposição russa e portuguesa no CCB. Os russos queriam vir para Portugal fazer com a OGMA algo que actualmente é a Boeing que faz, que era o lançamento de mísseis intercontinentais. Quanto ao futuro, vejo este avanço com alegria mas têm de manter isto constante. Não pode aparecer depois outro governo e dizer: *“agora pára tudo e vamos fazer afinal assim”*.



A aposta é sobretudo numa vertente de aplicações terrestres, não tanto de conquista espacial.

Em 1993 já era um projecto industrial com aplicações novíssimas. O PoSAT foi o primeiro satélite a levar um GPS e um sistema de navegação por estrelas, o que permitiu aumentar a precisão na forma como era colocado. Foi o primeiro no mundo com esse sistema, basicamente tornava as comunicações muito mais eficientes. Lembra-me mais uma história. Em Paredes há um colégio que se chama Casa Mãe. Um dia pediram-me para ir falar aos alunos e apareceu-me um senhor a agradecer: tinha feito uma expedição científica à Antártida e, como o satélite passava pelos polos, era a única forma de comunicar para casa e enviar os dados. De vez em quando vou encontrando estas pessoas.

Como é que funcionava exactamente?



Nós provavelmente a falar aqui - eu aqui da Guarda e a minha amiga em Lisboa - estamos a ir a dois satélites, só que não damos conta. Agarrado à produção de satélites havia uma empresa que fazia aquelas malas tipo as dos gangsters dos filmes. Aquilo abria-se, saía uma antena, transmitia para o satélite e quando o satélite passava em Portugal deixava cá as comunicações.

Não era uma conversa em tempo real?

Depende. Por exemplo, entre a Bósnia e Portugal, seis vezes por dia durante 20 minutos era em tempo real. Podia falar-se como estamos a falar. Noutras partes do mundo era de seis em seis horas, ou podia mandar-se um email.

Isto há 25 anos era a tecnologia de ponta?

Há 25 anos não havia nada. Um tipo mandar um email da Antártida ou do Zaire, como aconteceu uma vez quando as tropas lá portuguesas lá foram colocadas um pouco ao trambolhão, era um grande avanço.

Como lida com as sucessivas novidades tecnológicas nos dias de hoje?

Lido com enorme satisfação. Só gostava que as pessoas que hoje trabalham com estas tecnologias e os colegas que vão fazer a estratégia do Espaço tivessem uma qualidade de vida como nós tivemos e ganhassem como nós ganhámos, mas consta-me que não é assim. O nível de salários dos investigadores, nas fábricas, diminuiu.



Como passa os seus dias agora mais retirado da agitação urbana?

Estou a escrever um livro que se chama *“Lidar com o Desconhecido”*. Em toda a vida de investigação só conseguimos que nos contratem para aquilo que não sabemos fazer. É um acto de coragem. Se soubéssemos que íamos fazer, ninguém nos contratava. O livro é sobre isto de pôr uma probabilidade no futuro. Tenho outro interesse que são os castanheiros e os carvalhos. E por fim outro que são os barcos tradicionais do Tejo, que estou a recuperar.

Continua então a ser um homem dos sete ofícios.

De uma forma relativamente simples: fazendo uma coisa de cada vez até ao fim. Passados uns tempos, quando já estamos satisfeitos com uma área, muda-se e volta-se a aprender.

Neste campo do Espaço, o que é que ainda gostava de ver?

Gostava que a órbita descoberta por Buzz Aldrin entre Terra e Marte e que podia usar basicamente energia gravítica fosse preenchida por um vaivém e usada para ir até Marte, onde estou convencido que haverá vida. Não é vida como a gente, mas a verdade é que nós no nosso planeta temos vida que parece extraterrestre. Não sei nada de zoologia mas há uns camarões que respiram ácido sulfúrico.

Pensei que estava a falar de algumas pessoas.

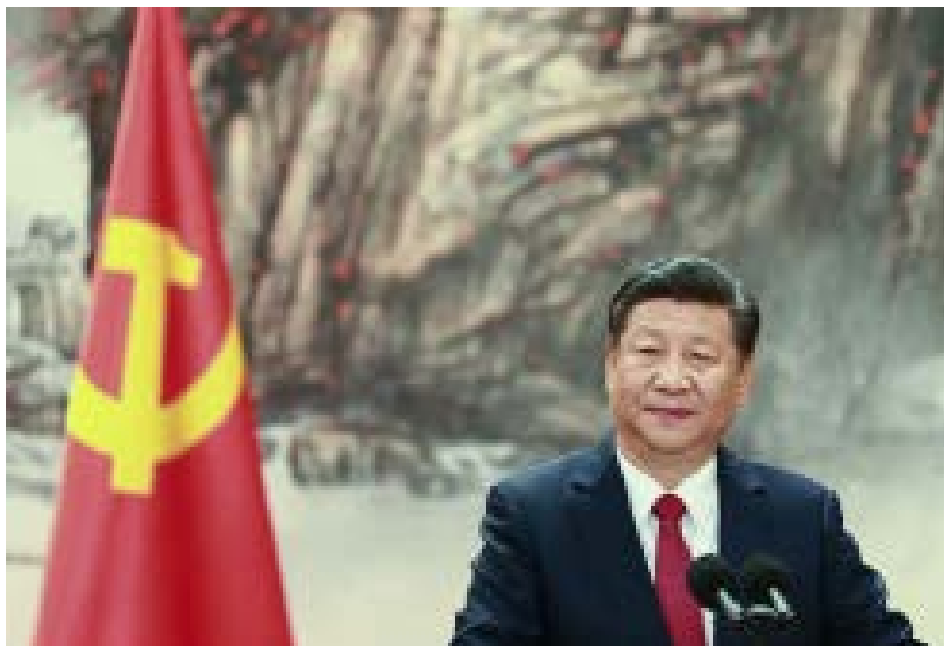
Também. E depois era um dia ver um dos nossos rapazes da Força Aérea a ir numa missão como astronauta. A aprender a ser astronauta. Nos anos todos que dei aulas dizia sempre isto: quem fez, sabe. Os outros, ouvimos dizer. E é muito fácil pensar que, só porque ouvimos dizer, sabemos.

La Chine Expérimente le Totalitarisme « Numérique »

par Gordon G. Chang

Traduction du texte original: China's 'Digital' Totalitarian Experiment

- Le système chinois de « crédit social » note en temps réel le comportement de chaque citoyen. Ce contrôle du comportement donne lieu à un classement générateur de récompenses ou de punitions. L'ancien directeur adjoint du centre de recherche sur le développement du Conseil d'Etat a déclaré que le système devrait avoir pour finalité de pousser « les personnes discréditées à la faillite ».
- Les fonctionnaires ont empêché Liu Hu, un journaliste, de prendre l'avion parce qu'il avait un faible score. Selon le journal du parti communiste Global Times, à la fin du mois d'avril 2018, les autorités ont bloqué 11,14 millions de vols et 4,25 millions de voyages en train à grande vitesse.
- Les fonctionnaires chinois utilisent les listes pour aller plus loin que le simple accès aux avions et aux trains. « Je ne peux pas acheter un logement. Mon enfant ne peut pas aller dans une école privée », a déclaré Liu. « Vous sentez que vous êtes contrôlé par la liste tout le temps. »
- Les dirigeants chinois sont depuis longtemps obsédés par ce que Jiang Zemin a appelé en 1995 « l'informatisation, l'automatisation et le contrôle », et ce n'est que le début. La question est désormais de savoir si les Chinois de plus en plus soucieux de leurs droits accepteront la vision totalisante du Président Xi.



Le président chinois Xi Jinping n'est pas simplement un dirigeant autoritaire. Il croit que le parti doit avoir un contrôle absolu de la société et que lui-même doit exercer un contrôle absolu sur le parti. Il ramène la Chine au totalitarisme en recherchant un contrôle-à-la-Mao sur tous les aspects de la société. (Photo de Lintao Zhang / Getty Images)

D'ici 2020, les autorités chinoises ont prévu de doter le pays de 626 millions de caméras de surveillance. Ces caméras, entre autres outils, alimenteront les bases de données d'un « système de crédit social » national.

Ce système qui devrait être finalisé dans deux ans, attribuera à chaque citoyen chinois une note réactualisée en temps réel en fonction des comportements sociaux observés. Une personne filée en train de traverser hors des clous verra sa note baisser.

Les responsables espèrent certes réduire ainsi le mésusage des passages cloutés, mais leurs ambitions vont au-delà. Ils souhaitent également inciter les citoyens à respecter les exigences politiques du Parti communiste. En bref, le gouvernement apparaît déterminé à créer ce que The Economist a appelé « le premier État totalitaire numérique au monde ».

Ce système de crédit social, une fois perfectionné, sera vraisemblablement étendu aux entreprises étrangères et aux non-nationaux.

Actuellement, plus d'une douzaine de listes noires nationales sont en activité et trois douzaines de villes au moins expérimentent des systèmes de notation du crédit social. Certains de ces systèmes ont lamentablement échoué. D'autres,

comme celui de Rongcheng dans la province du Shandong, passent pour des réussites.

A Rongcheng, chaque habitant est crédité de 1 000 points et, en fonction de l'évolution de sa note, il est classé de A+++ à D. Le système a eu un impact significatif : désormais, aussi incroyable que cela apparaisse pour la Chine, les automobilistes s'arrêtent aux passages pour piétons.

Les conducteurs cèdent la priorité aux piétons parce que les habitants de cette ville ont, comme l'indique la revue Foreign Policy, « adopté » le système de crédit social. Certains dirigeants locaux goûtent si fort le système qu'ils ont mis en place des micro notations dans les écoles, les hôpitaux et les quartiers. Les systèmes de crédit social répondent évidemment à un besoin que les populations des autres sociétés considèrent comme acquis.

Mais un crédit social qui fonctionne au niveau d'une agglomération urbaine peut-il être étendu à toute la Chine ? Au fur et à mesure que la technologie progresse et que les bases de données prolifèrent, les petits programmes expérimentaux et les listes nationales menacent d'être fusionnés en un seul système national. Le gouvernement a déjà commencé à déployer sa « plateforme d'opérations conjointes », qui regroupe des données en provenance de diverses sources telles que les caméras de surveillance, les contrôles d'identité et les « wifi sniffers » (pirates informatiques).

A quoi ressemblera le produit final ? « Ce ne sera pas une plate-forme unifiée où il suffira de rentrer un identifiant pour obtenir un score unique à trois chiffres qui décidera du reste d'une vie » indique Foreign Policy.

En dépit de l'assurance affichée par la revue, cette plateforme unifiée semble être l'objectif des fonctionnaires chinois. Certains le disent clairement : il s'agit d'« autoriser les personnes de confiance à circuler partout sous le ciel et de rendre difficile le moindre déplacement aux discrédités ».

Cette description n'a rien d'exagéré. Les fonctionnaires ont empêché Liu Hu, un journaliste, de prendre l'avion en raison de son faible score. Global Times, un tabloïd du groupe du Quotidien du Peuple, organe du Parti communiste chinois, a rapporté qu'à la fin du mois d'avril 2018, les autorités ont bloqué 11,14 millions de vols et 4,25 millions de voyages en trains à grande vitesse.

Les fonctionnaires chinois utilisent les listes pour contrôler plus que les déplacements sur les réseaux aériens ou ferrés. « Je ne peux pas acheter un appartement. Mon enfant ne peut pas aller dans une école privée », a déclaré Liu. « La liste pèse sur chaque acte de votre vie. »

Le système donne au parti communiste le pouvoir de contrôler les comportements en jouant de la carotte et du bâton. Et sa finalité risque d'être impitoyable. Hou Yunchun, ancien directeur adjoint du centre de recherche sur le développement du Conseil d'Etat, a déclaré lors d'un colloque à Beijing en mai que le système de crédit social devrait être administré pour pousser « les discrédités à la faillite ». « Si le coût du discrédit ne va pas croissant, cela revient à encourager les comportements déviants » a déclaré Hou. « Ce qui reviendrait à rendre le système inopérant ».

Tous les fonctionnaires n'ont pas une attitude aussi vindicative, mais, comme l'a remarqué Zhi Zhenfeng de l'Académie des sciences sociales de Chine, tous estiment que « les discrédités doivent être sanctionnés ».

Le président Xi Jinping, arbitre en dernier ressort, a clairement indiqué que la réhabilitation n'était pas incluse dans le système. « Indigne de confiance une fois, empêché toujours », aurait dit le dirigeant chinois.

Que devient un pays où seules les personnes jugées conformes sont autorisées à monter dans un avion ou à recevoir des avantages sociaux ? Personne ne sait très bien, car aucun gouvernement auparavant n'a disposé d'un pouvoir d'évaluation – et de contrainte – en temps réel sur chaque citoyen. Jamais auparavant, au sein de la République populaire de Chine, un gouvernement n'avait constitué autant de fichiers méticuleux ni autant de bases de données auxquels la puissance informatique et l'intelligence artificielle confèrent d'extraordinaires capacités.

Beijing est en passe d'étendre le système de crédit social - créé pour un meilleur contrôle des entreprises nationales - aux entreprises étrangères. Rappelons que cette année, les dirigeants chinois ont obligé l'industrie touristique mondiale - chaînes d'hôtels et compagnies aériennes - à intégrer Taïwan à la République populaire de Chine. Ils ont ainsi affiché leur détermination à intimider et à punir. Une fois le système de crédit social opérationnel en Chine, il suffira de presque rien pour inclure les non-Chinois dans ce système et étendre le totalitarisme technologique de Xi au monde entier.

Il est acquis dans les démocraties libérales que les nouvelles technologies ont un potentiel totalitaire. Il est aussi vrai que les régimes autoritaires, ceux qui ne reconnaissent pas de droit à la vie privée, n'ont guère de scrupules à

collecter, analyser et utiliser des données qui peuvent se révéler fort utiles à des applications d'intelligence artificielle. Un gouvernement démocratique peut certes élaborer une liste de personnes à qui il serait souhaitable d'interdire de prendre l'avion, mais personne n'oserait rêver d'un système de crédit social comme celui que Xi Jinping travaille à mettre en place.

Les dirigeants chinois, depuis longtemps obsédés par ce que Jiang Zemin avait appelé en 1995 « l'informatisation, l'automatisation et la surveillance », n'en sont qu'aux prémices de leur action. Compte tenu de la puissance informationnelle qu'ils amassent aujourd'hui, ils pourraient rendre toute désobéissance pratiquement impossible.



La technologie pourrait même rendre « obsolètes » la démocratie libérale et l'économie de marché écrit Yuval Noah Harari, professeur à l'Université hébraïque de Jérusalem dans The Atlantic. « Le principal handicap des régimes autoritaires au 20ème siècle - le désir de concentrer toute l'information et le pouvoir en un seul endroit - pourrait devenir un avantage décisif au 21ème siècle » écrit-il.

La technologie confère à un État à parti unique comme la Chine la possibilité de réprimer efficacement le peuple. Le système de crédit social en est la preuve.

Il est toutefois permis de penser que les communistes chinois vont franchir les limites. Les expérimentations de systèmes de crédit social montrent que les fonctionnaires sont leurs propres ennemis. Le système de crédit social du comté de Suining, dans la province du Jiangsu, s'est ainsi soldé par un échec :

« Les citoyens et les médias d'Etat l'ont critiqué pour ses critères apparemment injustes et arbitraires. Un journal du Parti a même comparé le système aux certificats de « bon citoyen » délivrés par l'occupant japonais pendant la guerre. » Le système de Rongcheng a eu plus de succès parce que sa portée était relativement modeste.

Xi Jinping ne sera pas aussi timide que les fonctionnaires de Rongcheng. Il est persuadé que le parti doit avoir le contrôle absolu de la société et que lui-même doit exercer un contrôle absolu sur le parti. Il est peu vraisemblable que le système national de crédit social en passe d'être assemblé, n'inclue pas des critères politiques. Les autorités chinoises commencent déjà à utiliser l'intelligence artificielle pour prédire les comportements antiparti.

Xi Jinping est souvent présenté comme un leader autoritaire. Mais en réalité, dans le contrôle-à-la-Mao qu'il souhaite exercer sur tous les aspects de la société chinoise, il ramène la Chine au totalitarisme.

Toute la question est de savoir si les Chinois de plus en plus tentés de se libérer des contraintes que le parti leur impose vont accepter la vision globale de Xi. Au cours des derniers mois, nombreux sont ceux qui ont occupé la rue : les chauffeurs de camion ont manifesté contre les taxes et la hausse des prix, les retraités de l'armée ont manifesté pour leur retraite, les investisseurs ont bloqué des bâtiments administratifs pour récupérer l'argent dont ils avaient été spoliés, les musulmans entourent les mosquées pour empêcher leur démolition et les parents protestent contre le fléau de vaccins frelatés... Les dirigeants chinois croient à l'évidence que leur système de crédit social tuera dans l'œuf toutes ces manifestations et autres expressions de mécontentement.

Espérons que le peuple chinois ne se découragera pas. Compte tenu des ambitions du Parti communiste, tout le monde, chinois ou non, a intérêt à l'échec du totalitarisme numérique de Pékin.

Climat : « Les années à venir seront les plus déterminantes de notre histoire »

Le monde devra engager des transformations «rapides» et «sans précédent» s'il veut limiter le réchauffement climatique à 1,5 °C, soulignent les experts climat de l'ONU (Giec), mettant en garde contre des risques accrus au-delà de ce seuil. Dans un rapport de 400 pages, dont le « résumé à l'intention des décideurs politiques » a été publié ce lundi 8 octobre, les scientifiques exposent les nombreux impacts déjà à l'œuvre, et notamment la menace d'emballage au-delà de 1,5 °C de réchauffement (par rapport aux niveaux préindustriels) : vagues de chaleur, extinctions d'espèces ou déstabilisation des calottes polaires, source de montée des océans sur le long terme.

« Chaque petit accès de réchauffement supplémentaire compte, d'autant que passer 1,5 °C accroît le risque de changements profonds, voire irréversibles, comme la perte de certains écosystèmes », explique Hans-Otto Pörtner, coprésident de cette session du Giec qui a réuni chercheurs et représentants des États toute la semaine dernière en Corée du Sud. Si le mercure continue de grimper au rythme actuel, sous l'effet des émissions de gaz à effet de serre, il devrait atteindre + 1,5 °C entre 2030 et 2052, note le rapport, basé sur plus de 6 000 études. Et si les États s'en tiennent à leurs engagements de réduction d'émissions pris dans le cadre de l'accord de Paris en 2015, ce sera + 3 °C à la fin du siècle.

Alors que faire, tandis que 2017 a encore vu les émissions mondiales liées à l'énergie repartir à la hausse ? Pour le Giec, pour rester à 1,5 °C, les émissions de CO2 devront chuter drastiquement dès avant 2030 (- 45 % d'ici à 2030) et le monde atteindre une « neutralité carbone » en 2050 (autrement dit, il faudra cesser de mettre dans l'atmosphère plus de CO2 qu'on ne peut en retirer). « Faisabilité ».

Villes, industries, énergie, bâtiment... Tous les secteurs sont appelés à s'atteler à de « profondes réductions d'émissions » : rester à 1,5 °C demandera « une transition rapide » et d'une ampleur « sans précédent ». Le Giec insiste sur l'énergie – charbon, gaz, pétrole étant responsables des trois quarts des émissions. Et propose plusieurs scénarios chiffrés incluant différentes combinaisons d'actions. « Le rapport donne aux décideurs politiques l'information qu'il leur faut pour prendre des décisions tout en considérant aussi les besoins des populations », explique la Sud-Africaine Debra Roberts, autre coprésidente de cette réunion. « Les années à venir seront les plus déterminantes de notre histoire », estime-t-elle.

Pour la climatologue Valérie Masson-Delmotte, également à Incheon, c'est « un constat lucide et difficile : la politique des petits pas ça ne suffit pas ». « Il nous dit : Si on n'agit pas maintenant, on va vers un monde où on sera en permanence en gestion de crises », dit-elle. « Il y a des actions en cours dans le monde, mais il faudrait les accélérer. La vraie question de la faisabilité, c'est celle-là : les gens sont-ils prêts à agir, et y aura-t-il assez de volonté politique collective ? »

Y arriverons-nous à temps ? »

« Nous avons cherché à voir si les conditions nécessaires pour tenir 1,5 °C étaient réunies », résume Jim Skea, de l'Imperial College de Londres. « Eh oui, les lois de la physique et de la chimie le permettent, ainsi que les technologies, le changement des modes de vie et les investissements. La dernière chose, à laquelle les scientifiques ne peuvent répondre, c'est si c'est faisable politiquement et institutionnellement. Nous avons remis le message aux gouvernements, nous leur avons donné les preuves, à eux de voir. » L'Alliance des petits États insulaires, à la pointe du combat pour inscrire l'objectif 1,5 dans l'accord de Paris, a appelé lundi « les nations civilisées à prendre leurs responsabilités en relevant leurs efforts pour réduire les émissions ».

« Le rapport montre que nous n'avons plus qu'une occasion, des plus minces, pour éviter des dommages impensables au système climatique qui nous fait vivre », a dit Amjad Abdulla, « convaincu que les historiens regarderont ces conclusions comme un moment-clé dans l'histoire des hommes ». « Y arriverons-nous à temps ? Personne ne sait », dit Kaisa Kosonen, responsable climat pour Greenpeace. « Ce qui compte maintenant, c'est que nous décidions d'essayer et que nous en fassions notre priorité. Seulement alors aurons-nous une chance de nous protéger des impacts que la science nous annonce. »

O INCRIVEL ACONTECEU NA PÁTRIA DE CAMÕES

Em anexo, envio a cópia de um processo, assinado pelo Juiz do Tribunal Judicial da Comarca de Bragança. Não se riam, foi mesmo verdadeiro e isto faz parte dos estranhos fenómenos que continuam a ocorrer neste País, onde também a prática da corrupção, se insere nas notícias do nosso quotidiano. Esta é a Pátria que temos, daquele que foi o Desejado, e que ainda poderá aparecer numa manhã de nevoeiro contrariando o Velho do Restelo.

Armando Rebelo

LIVROS SAÍDOS RECENTEMENTE

“O PEQUENO LIVRO DOS GRANDES INSULTOS”- Guerra e Paz

A obra do autor Manuel S. Fonseca vem avisar os leitores amantes da linguagem de que no conteúdo desta sua obra as palavras são extremamente ofensivas, mas que contêm frases de elevado requinte literário. Vale a pena ler esta obra.

“A ANSIEDADE DOS NOSSOS DIAS - Bertrand Editora

O autor Diogo Telles Correia é um médico psiquiatra, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

O título narra, realidades em casos reais, oferecendo aos leitores respostas sobre as dúvidas quanto à ansiedade humana. Obra editada em boa hora numa época confusa, que aqui deixo aos leitores como sugestão de leitura.

“A ÁRVORE DE JESSÉ”- Paulus

O livro quanto a mim é excelente, quer no que diz respeito aos conteúdos quer graficamente. A autora que é Teresa Power e conta também com o ilustrador Tiago Atalaia. Uma pequena grande obra que aconselhamos.

“REFUGIADOS E MIGRANTES - Bertrand Editora

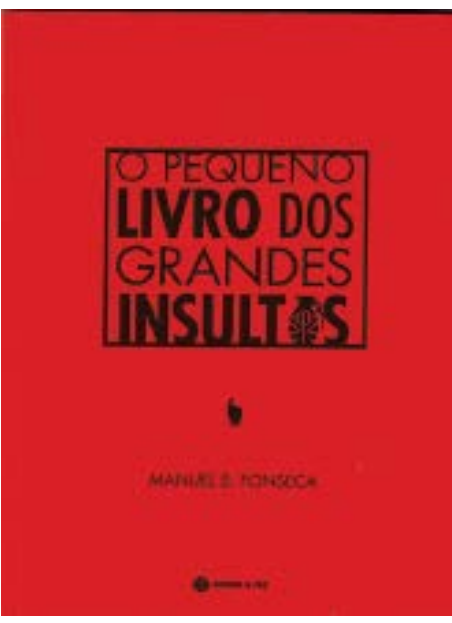
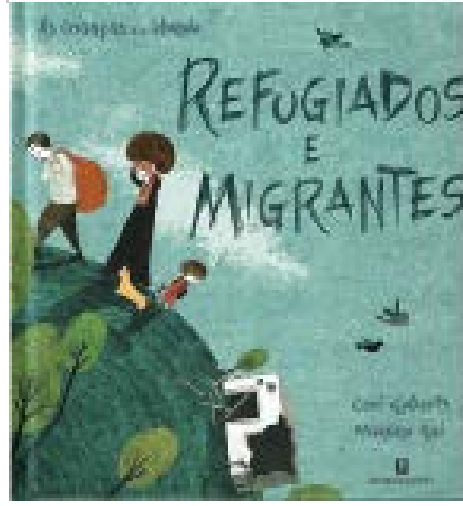
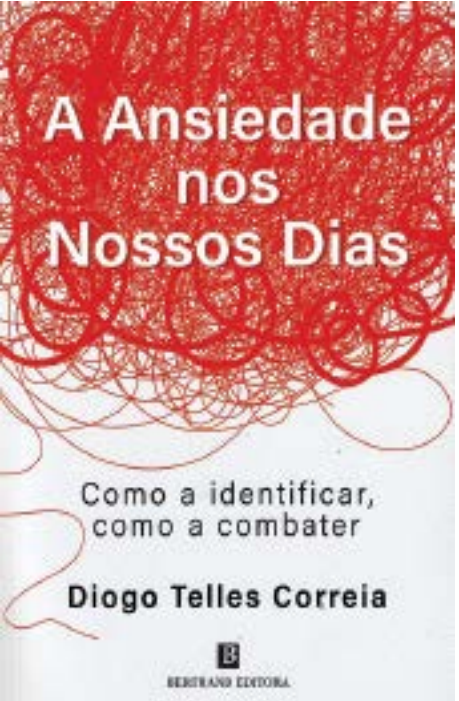
Este é um excelente e magnífico contributo para interpretação de Pequenos e também Grandes. Narra questões primárias dos movimentos refugiados e migrantes. Autoria deste título é de Ceri Roberts e Hanane Kai.

Armando Rebelo

14

FESTA DOS TABULEIROS
www.tabuleiros.org

- 21 ABRIL** (domingo) - Procissão das Cruzes e Perdões do Espírito Santo
- 30 JUNHO** (domingo) - Cortejo dos Rapazes
- 04 JULHO** (domingo) - Abertura das Feiras Populares Comemorativas
- 5 JULHO** (segunda) - Cortejo do Mondrão
- 6 JULHO** (terça) - Cortejos Parciais dos Tabuleiros
- 12 JULHO** (domingo) - Identificação de Tabuleiros
- 13 JULHO** (segunda) - Jogos Populares
- 7 JULHO** (domingo) - Procissão das Cruzes e Perdões do Espírito Santo
- 14 JULHO** (domingo) - Cortejo dos Tabuleiros
- 8 JULHO** (segunda-feira) - Distribuição do Bordo ou Pêra



Condamné à 6 ans de prison, il est remis en liberté après une erreur des juges

Incarcéré pour trafic de drogue, un homme vient de recouvrer la liberté. Les magistrats ne l'ont pas rejugé dans les délais impartis...

Par Stéphane Sellami
| Le Point.fr



Un trafiquant de drogue a été libéré après que les juges ont dépassé le délai imparti pour rendre leur délibéré (Photo d'illustration).

© LOIC VENANCE / AFP

C'est une erreur manifeste qui interroge. Un homme, condamné en première instance au mois de juin dernier à 6 ans de prison ferme assortis d'une période de sûreté des deux tiers, a finalement été remis en liberté sine die le 7 octobre dernier. Le détenu a ainsi pu recouvrer la liberté de manière inespérée après un « oubli » des juges de la cour d'appel de Paris.

Ces derniers devaient statuer sur son sort dans un délai de quatre mois après l'appel déposé par son avocat, Me Yves Levano, le jour de la condamnation en première instance de son client, intervenue le 7 juin dernier devant le tribunal correctionnel de Créteil (Val-de-Marne). Finalement rejugé le 3 octobre, Lamin M., né en Gambie, a vu les juges de la cour d'appel mettre leur décision en délibéré à la date du 7 novembre prochain. Soit au-delà du délai de quatre mois impartis..

Une justice en sous-effectif

Lamin M., déjà connu des services de police et de la justice pour trafic de stupéfiants, avait été contrôlé le 17 novembre 2017 à Créteil. Il avait été trouvé en possession de 100 grammes de résine de cannabis et de 6 000 euros en argent liquide. À l'époque, il avait été incarcéré avant d'être jugé huit mois plus tard. Outre sa condamnation à six ans de prison, le trafiquant s'était vu interdire de paraître dans le département du Val-de-Marne.

La question qui se pose désormais est de savoir s'il sera présent le 7 novembre prochain devant la cour d'appel de Paris afin de prendre connaissance de la décision du tribunal à son encontre. « Ce vice de procédure ne remet pas en cause la volonté de mon client de se rendre au délibéré, assure son avocat, Me Yves Levano. Sa remise en liberté est la conséquence d'une justice qui travaille en sous-effectif avec une informatique défaillante. »



Pâtisseries hallal en 2018

L'inacceptable soumission du pâtissier de Chambéry.

Il s'agit de la boulangerie pâtisserie Chanvillard du Viviers du Lac.

Ils ont en effet 3 établissements, un au Viviers, un à Aix et un à Chambéry!!

L'affiche trônait au-dessus du comptoir : « nous garantissons à notre aimable clientèle que toutes nos pâtisseries sont réalisées avec de la gélatine de poisson. »

Surpris par cette affiche que je n'avais jamais vue, j'interrogeais la fille du pâtissier sur la raison de cette surprenante et récente annonce.

Un peu gênée, elle m'expliqua qu'il avait été décidé de remplacer la gélatine de porc par de la gélatine de poisson pour une question d'hygiène.

Devant cette explication embarrassée et peu convaincante, je lui demandais alors si cela n'avait pas été décidé pour se soumettre aux exigences de clients musulmans.

L'air presque soulagé, elle m'indiqua qu'effectivement il s'agissait de se conformer à leur demande de pâtisseries hallal.

Voilà le fin mot de l'histoire :

Pour satisfaire quelques clients minoritaires et qui n'ont aucun droit à exiger que la loi musulmane s'applique dans les commerces, ce pâtissier bien connu des environs d'Aix les Bains a donc accepté de se soumettre et de soumettre la grande majorité de ses autres clients, à une loi religieuse.

Mais les confidences n'étaient pas terminées. La fille du pâtissier, qui semblait en avoir gros sur le cœur, poursuivit en m'expliquant que cette aberration était allée plus loin.

Leurs clients musulmans avaient ensuite exigé que dans leur magasin de Chambéry, ils ferment la porte commune que ce pâtissier avait avec un commerce vendant des spécialités savoyardes, fromage et charcuterie.

En effet, ces clients « exotiques » craignaient que les parfums et senteurs émanant de ces charcuteries, qui enchantent les papilles de tout bon savoyard ou simple gourmet, rendent impures les pâtisseries voisines... !

Voilà comment une simple question de vie quotidienne rend mieux compte que tous les grands discours de l'affrontement de deux civilisations où la plus minoritaire essaye et réussit, grâce à la complicité ou au renoncement du plus grand nombre, à imposer ses propres lois et codes culturels.

Il est donc nécessaire de rappeler à ce pâtissier qu'islam en arabe veut dire soumission et que rien ne l'oblige en France à se soumettre à la loi quelque religion que ce soit, et notamment la religion islamique!



15

J Y M ARCHITECTURE

Services & Plans D'Architecture
Résidentiel • Rénovation • Commercial • Multiplex

Jean-Yves Mesquita T.P.
Technologue en Architecture
Cel. 514.972-9985 • @:info@jymarchitecture.com • www.jymarchitecture.com



ORDRE DES
TECHNOLOGUES PROFESSIONNELS
DU QUÉBEC

Os 8 Melhores Museus da América Latina

Muitos de nós somos apaixonados por história, pelas coisas que nossos ancestrais alcançaram e por ações humanas ao longo do tempo que afetaram o mundo em que vivemos hoje. Isso é o que chamamos, em termos gerais, cultura. A tarefa de registrar a cultura reside principalmente em museus, que podem especializar-se em vários campos, como museus de arte ou museus históricos. Nesta ocasião, queremos compartilhar uma lista daqueles que, de acordo com o Tripadvisor (conhecida rede de classificações), são atualmente os museus mais valorizados da América Latina, e que qualquer um de nós teria a sorte de poder visitar, mesmo que apenas um deles:

1. Museu Botero del Banco de la República, Colômbia



Este museu de arte está localizado no bairro de La Candelaria, no centro de Bogotá, e é uma antiga casa completamente remodelada com um grande projecto arquitetônico. Com o nome do artista Fernando Botero, 85 obras correspondem à sua coleção pessoal de arte universal, e o restante, cerca de 123 peças, foram feitas pelo mesmo artista. Na sua totalidade, constituem uma das coleções de arte mais importantes da América Latina e, no ano 2000, Fernando Botero doou essa coleção ao Banco da República e à cidade de Bogotá, com o objectivo de tornar as obras acessíveis a toda a população colombiana.

2. Instituto Ricardo Brennand, Recife



O Instituto Ricardo Brennand é uma instituição cultural localizada na cidade do Recife, Pernambuco. É uma organização privada sem fins lucrativos, inaugurada

em 2002 pelo colecionador e empresário brasileiro Ricardo Brennand. Inclui um museu, uma galeria de arte, uma biblioteca e um grande parque.

O Instituto possui um acervo permanente de objectos históricos e artísticos de diversas procedências, desde o início da Idade Média até o século XX, com forte ênfase em objectos, documentos e obras de arte relacionados ao Brasil colonial e holandês, incluindo o maior conjunto de pinturas do mundo do autor Frans Post.

O Instituto também abriga uma das maiores coleções de arsenais do mundo, com 3.000 peças, a maioria das quais produzidas na Europa e na Ásia entre os séculos XIV e XIX. A biblioteca tem mais de 62 mil volumes, que vão desde o século XVI até o século XX.

3. Museu Chileno de Arte Pré-colombiano, Chile



É um museu de arte histórica dedicado ao estudo e exposição de obras de arte e artefactos pré-colombianos da América Central e do Sul, e está localizado no centro da cidade de Santiago, capital do Chile. O museu foi fundado pelo arquitecto chileno e colecionador de antiguidades Sergio Larraín García-Moreno, que procurava instalações para expor e preservar sua coleção particular adquirida ao longo de quase cinquenta anos. Contém obras de arte únicas que evidenciam a diversidade cultural latino-americana, com peças de mais de três mil anos, destacando as múmias de Chinchorro, a coleção têxtil andina ou as obras de arte maias e astecas.

4. Museu Arqueológico Rafael Larco Herrera, Peru



Fundado em 1926, este museu exhibe 5000 anos de desenvolvimento da história do Peru pré-colombiano. Rodeado por belos jardins, está localizado dentro de uma mansão vice-real datada do século XVIII construída sobre uma pirâmide pré-colombiana do século VII. Apresenta a melhor e excepcional coleção de ouro e prata do Peru antigo e a famosa coleção de arte erótica, uma das atrações turísticas mais visitadas do país. As obras de arte do Museu Larco estão expostas nos museus mais prestigiados do mundo e considerados ícones da arte pré-colombiana em todo o mundo

5. Museu Nacional de Antropologia, México



É o maior e mais visitado museu do México. Localizado na área entre o Paseo de la Reforma e a rua Mahatma Gandhi, no Parque Chapultepec, na Cidade do México, o museu contém importantes artefactos arqueológicos e antropológicos da herança pré-colombiana do México, como a Piedra del Sol (ou calendário asteca), e a estátua asteca Xochipilli. Além disso, as coleções do museu incluem as cabeças de pedra gigantes da civilização olmeca, encontradas nas selvas de Tabasco e Veracruz. Estes tesouros foram recuperados da civilização Maia no Cenote Sagrado de Chichen Itza, uma réplica da tampa do túmulo do sarcófago de Pacal, em Palenque, e as representações etnológicas da vida rural mexicana contemporânea. Ele também tem um modelo da localização e design da antiga capital asteca, Tenochtitlan, cujo local agora é ocupado pela área central da actual cidade do México.

6. Museu Nacional de Belas Artes, Argentina



Inaugurado em 1896, possui o maior património artístico da Argentina e é um dos mais importantes da América Latina. O térreo do museu abriga 24 salas de exposições que abrigam uma excelente coleção internacional de pinturas da Idade Média ao século XX, com a história da biblioteca de arte do museu. As 8 salas de exposição no primeiro andar contêm uma coleção de pinturas de

alguns dos mais importantes pintores argentinos do século XX. As duas salas do segundo andar, concluídas em 1984, têm uma exposição de fotografias e dois terraços de esculturas, assim como a maioria dos departamentos administrativo e técnico da instituição.

7. Museu do Ouro, Colômbia



Este museu é um dos pontos turísticos mais visitados do país, com cerca de 500.000 visitas por ano.

O museu exhibe uma seleção de ouro pré-colombiano e outras ligas metálicas, como a Tumbaga, e contém a maior coleção de artefactos de ouro do mundo nas suas salas de exposições. Juntamente com objectos de cerâmica, pedra, conchas, madeira e têxteis, esses artigos indígenas testemunham a vida e os pensamentos das diferentes sociedades que viveram na actual Colômbia antes da conquista da América pelos espanhóis.

O museu abriga a famosa balsa dourada Muisca, encontrada em Pasca em 1969, que representa a cerimónia da nova zipa (régua) de Bacatá, a base do mito El Dorado.

8. Palácio de Belas Artes, México



O Museu do Palácio de Belas Artes expõe permanentemente 17 obras de sete artistas nacionais executadas entre 1928 e 1963, e mantém um programa de exposições temporárias, bem como um grande número de actividades para todos os públicos.

Acolheu alguns dos mais destacados eventos de música, dança, teatro, ópera e literatura e realizou importantes exposições de pintura, escultura e fotografia. Consequentemente, o Palácio de Belas Artes tem sido chamado de "Catedral de Arte no México" e é considerado o centro mais importante do país dedicado a todas as manifestações artísticas. O edifício está localizado no lado oeste do centro histórico da Cidade do México, ao lado do Alameda Central Park.



Colaboração especial

LIGA DOS COMBATENTES

Passado, Presente e Futuro

www.facebook.com/museucombatente.oficial

<https://facebook.com/ligadoscombatentes.oficial>



18



Entrada do Forte do Bom Sucesso que desde 1999, ano da sua doação em ruínas, se tornou em sede do Museu dos Combatentes



Dia 16 de Outubro

Dia da Liga dos Combatentes



16 DE OUTUBRO 2018 DIA DA LIGA DOS COMBATENTES



97 ANOS DA FUNDAÇÃO DA LIGA DOS COMBATENTES

95 ANOS DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL

15 ANOS - 16 OUTUBRO 2003 ABERTURA SIMBÓLICA DO MUSEU

Este ano o Dia da Liga iniciou-se no Museu do Combatente, com cerimónia de deposição de flores e toques junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar pelas 10h00, com a presença de todos os elementos da Direcção Central, de elementos do Conselho Supremo e de funcionários da sede e do museu.

Em seguida teve início uma sessão no Auditório do Museu, onde além de uma apresentação preparada pelo Marketing do Museu sobre a evolução do Museu de 2003 à actualidade – uma compilação de trabalhos de recuperação do Forte do Bom Sucesso entregue à Liga em 1999, em ruínas, e a evolução das obras de restauro e conservação até se chegar à criação do Museu do Combatente com as suas exposições temporárias e permanentes, actividades incluindo as cerimónias militares, lançamento de livros, visitas de seniores e estudantes, workshops, eventos diversos.

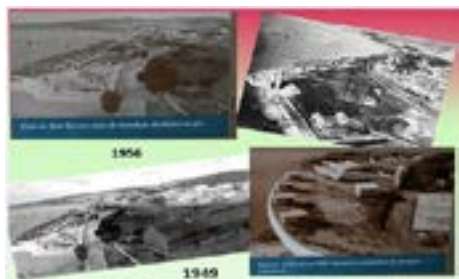
O ponto alto da sessão foi a inauguração da BIBLIOTECA DO MUSEU DO COMBATENTE, reestruturada pelo marketing do museu com a ajuda do funcionário Sr. Faustino, com uma colecção de obras oferecidas pelo Engº José Sardinha sobre a Aviação Militar, obras que foi coleccionando ao longo dos anos enquanto construía os seus aviões, dos quais 550 foram oferecidos há anos ao Museu e se encontram em exposição.

Emocionado e homenageado, foi constituído sócio Benemérito da Liga dos Combatentes, com entrega de um diploma comemorativo da data.

Também, como todos os anos, foram atribuídos diplomas a dois funcionários, um da sede da Liga, a Dª Anabela Rodrigues, responsável pela inscrição de sócios e da parte administrativa da revista Combatente, da Liga dos Combatentes, e ao Sr. Faustino, funcionário do Museu e integrado na equipa de Logística, que com a sua humildade, competência e saber fazer é o Mestre do Museu em matéria de conservação, restauro e manutenção de peças, sempre com boa vontade e eficiência, o que o emocionou, ainda mais porque esta surpresa aconteceu no dia de anos do senhor.

Na Sala Aljubarrota, ampla e acolhedora, foi celebrada Missa pelos Combatentes falecidos pelo Tenente Coronel Cecílio Pereira da GNR, seguindo a Direcção Central e todos os funcionários para a sede da Liga dos Combatentes onde foi oferecido o almoço tradicional.

Isabel Martins, marketing do Museu do Combatente 16 de Outubro de 2018



Comment l'Iran a Planifié le Contrôle de Gaza

par Khaled Abu Toameh

Traduction du texte original: *How Iran Plans to Take Gaza*

Aucune amélioration n'apparaît possible dans la bande de Gaza. Même si le Hamas devait perdre le pouvoir, les Palestiniens continueraient à souffrir sous la férule de groupes radicaux comme le Jihad islamique palestinien (JIP).

Même si le Hamas se levait un matin, faisait volte-face et établissait une véritable trêve avec Israël, d'autres groupes terroristes se mobiliseraient pour violer l'accord à tout moment.

Ces facteurs cruciaux doivent être pris en considération par tous les acteurs internationaux qui cherchent une solution à la catastrophe appelée Gaza. Bien entendu, il est toujours possible de continuer à vivre dans une réalité seconde et d'affirmer que tout irait beaucoup mieux si Israël levait son blocus sur la bande de Gaza.



Le deuxième groupe terroriste de Gaza après le Hamas est le Jihad islamique palestinien (JIP). Financé par l'Iran, il compte des milliers de partisans et de miliciens. Sur la photo : des membres masqués du JIP s'entraînent dans la bande de Gaza. (Photo par Abid Katib / Getty Images)

Quiconque imagine encore aujourd'hui qu'éjecter le Hamas de la bande de Gaza améliorerait la situation et accroîtrait les chances de paix entre les Palestiniens et Israël, risque fort d'être déçu. Le Hamas, qui a pris le contrôle de la bande de Gaza par la violence au cours de l'été 2007, n'est pas le seul groupe terroriste de cette enclave côtière où résident deux millions de Palestiniens au moins.

Plusieurs groupes terroristes palestiniens coexistent aux côtés du Hamas, dans la bande de Gaza.

Le Jihad Islamique Palestinien (JIP) regroupe plusieurs milliers de partisans et de miliciens. Il est le plus important groupe terroriste après le Hamas. Si le Hamas venait à perdre le pouvoir un jour, le JIP serait en bonne position pour lui succéder. Le Jihad islamique palestinien n'a rien à envier au Hamas sur le plan de la modération. Si, à un certain niveau de réalité, le Hamas peut être considéré comme « bon », son remplacement ne donnerait pas un meilleur résultat. Le fondamentalisme islamiste marque le cœur et les esprits de dizaines de milliers de Palestiniens de la bande de Gaza.

Les deux groupes islamistes - Hamas et PIJ - sont comme deux pois d'une même cosse. Ils ne reconnaissent pas le droit d'Israël à l'existence et en appellent tous deux à la lutte armée pour « libérer toute la Palestine » de la mer Méditerranée au Jourdain.

Comme le Hamas, le JIP financé par l'Iran dispose également d'une branche armée appelée Saraya Al-Quds (Brigades de Jérusalem). Fondées à Gaza en 1981 par les dirigeants du JIP, Fathi Shaqqa et Abed Al-Aziz Awda, les Brigades de Jérusalem sont à l'origine de centaines d'attaques terroristes contre Israël, y compris des attentats-suicides. Ces dernières années, le groupe s'est distingué par ses lancers de roquettes et diverses attaques au mortier contre Israël.

Bien qu'indépendant, le JIP se coordonne avec le Hamas et les opérations terroristes communes ne sont pas rares. Les deux groupes disposent même d'un « commandement conjoint » pour leurs opérations contre Israël.

Les Brigades de Jérusalem aiment les démonstrations de force dans les rues de Gaza. Ces parades militaires visent à impressionner les autres groupes terroristes palestiniens et à prendre l'ascendant sur le public palestinien de Gaza. En général, le Hamas ne tolère pas la concurrence, mais face aux déploiements militaires du JIP et de sa branche militaire dans les rues de Gaza, il se tient coi.

Le Hamas sait qu'il n'a pas intérêt à chercher noise au JIP, un groupe puissant et influent. Nuire au JIP reviendrait à se créer des problèmes avec l'Iran, son bailleur de fonds. D'autant que le Hamas dépend également du soutien politique, financier et militaire de l'Iran. L'Iran considère le JIP comme son principal allié et sa marionnette dans la bande de Gaza. Par le biais du JIP, l'Iran plonge ses tentacules dans les affaires intérieures des Palestiniens, à la grande consternation du président Mahmoud Abbas et de son Autorité palestinienne soutenue par l'Occident.

Les relations entre l'Iran et le Hamas ont été chaotiques ces dernières années. Le Hamas a en effet refusé de soutenir le régime du dictateur syrien Bachar Assad que l'Iran a porté à bouts de bras. Certains médias arabes ont toutefois rapporté que l'Iran et le Hamas avaient accepté de laisser leurs différends de côté.

Ainsi, un certain nombre de délégations du Hamas se sont rendues à Téhéran dans le but de resserrer les liens. La dernière députation, en date d'octobre 2007, était composée d'Ezzat Al-Risheq, Sami Abu Zuhri, Khaled Kaddoumi, Mohammed Nasr et Zaher Jabarin. Elle avait pour but d'informer les dirigeants iraniens des derniers développements sur une éventuelle réconciliation du Hamas et de la faction Abbas du Fatah.

Malgré cet apparent rapprochement, l'Iran n'a qu'une confiance relative dans le Hamas. L'Iran redoute une éventuelle réconciliation du Hamas et du Fatah ainsi qu'une trêve avec Israël. Un rapprochement Hamas-Fatah équivaudrait pour l'Iran à une trahison. Tout rapprochement entre les frères ennemis palestiniens impliquerait une possible union des forces et, pire encore, de possibles pourparlers de paix avec Israël. Toute trêve avec Israël signifierait que le Hamas est prêt à déposer les armes et à abandonner la lutte armée contre « l'ennemi sioniste ». Cette « reddition » serait un anathème pour les mollahs de Téhéran, qui ont pour objectif déclaré d'éliminer Israël.

Le JIP est donc le seul et véritable allié de Téhéran dans l'arène palestinienne. Il se substituerait naturellement au Hamas si ce dernier concluait un accord avec le Fatah ou Israël.

Parallèlement, le JIP multiplie les gages envers ses maîtres de Téhéran. La semaine dernière, l'aile militaire du JIP a de nouveau déversé ses combattants lourdement armés dans les rues de la bande de Gaza aux fins d'édification du Hamas, de l'Iran et du reste du monde.

Abou Hamzeh, porte-parole des brigades de Jérusalem, a déclaré fièrement lors de la parade des paramilitaires que son groupe « ne fera jamais de compromis et n'acceptera jamais de négocier le moindre pouce de terrain de la terre de Palestine - de toute la Palestine ». Il a ajouté : « Nos armes sont le symbole de notre fierté et du pouvoir de notre peuple. Nous résisterons à toutes les conspirations et déjouerons tous les plans visant à liquider notre cause. »

Tout cela signifie plusieurs choses pour Gaza :

Premièrement, à court ou moyen terme, aucun changement positif n'est à espérer. Même si le Hamas devait céder les rênes du pouvoir, les Palestiniens continueraient à souffrir sous la férule d'autres groupes radicaux tels que le JIP. Deuxièmement, même si le Hamas se réveillait un matin pour opérer une volte-face, et établir une véritable trêve avec Israël, d'autres groupes terroristes s'emploieraient illico à violer l'accord.

Troisièmement, la bande de Gaza continuera d'être envahie par plusieurs groupes lourdement armés qui continueront de lancer des attaques terroristes contre Israël et feront régner terreur et intimidation sur la population palestinienne.

Quatrièmement, ni Abbas ni aucune autre tierce partie ne pourra jamais mettre les pieds dans la bande de Gaza, faire régner l'ordre et confisquer les armes des groupes terroristes.

Ces quelques points cruciaux doivent être pris en compte par tous les acteurs internationaux qui cherchent une solution à la catastrophe appelée Gaza. Mais bien sûr, il est toujours possible de rêver la réalité et de considérer que tout irait pour le mieux si Israël levait le blocus qu'il instaure sur la bande de Gaza.

Khaled Abu Toameh, journaliste primé, est basé à Jérusalem.